



# Associação Mato-grossense dos Municípios



AMM  
renovada e  
mais eficiente





# Presente no desenvolvimento dos municípios







# Avanços institucionais

**Q**uando assumimos a Associação Mato-grossense dos Municípios, que reúne prefeitos de diferentes regiões do estado, apresentamos metas e implementamos mudanças dentro de um novo modelo de gestão. A atuação política foi essencial nas relações institucionais com o Governo do Estado, Assembleia Legislativa, Tribunal de Justiça e outros segmentos. O Tribunal de Contas se tornou um importante parceiro, realizando encontros e reuniões com orientação técnica aos prefeitos. Buscamos de várias formas a melhoria para os municípios e ampliamos a prestação de serviços técnicos para as prefeituras.

A nossa gestão viabilizou conquistas importantes, como a partilha do Fethab com os municípios. O repasse dos recursos se consolidou por meio de decisão do Supremo Tribunal Federal - STF e possibilitou investimentos, garantindo a manutenção de pontes e estradas não pavimentadas em todas as regiões. A AMM participou ativamente das discussões sobre a reforma da lei do Fethab e defendeu o repasse sem dedução aos municípios.

E para fomentar o trabalho com os gestores, promovemos diversos eventos, como o 32º Encontro de Prefeitos, que debateu as fontes de recursos, os problemas e as experiências bem-sucedidas para as administrações municipais. Realizamos, ainda, o Encontro dos Assessores Jurídicos. Tendo em vista os processos que os municípios enfrentaram para atender os casos de média e alta complexidade, a Judicialização da Saúde foi amplamente debatida. Participaram os gestores, membros do Ministério Público e do Tribunal de Justiça de Mato Grosso. Realizamos também o 33º Encontro de Prefeitos, que discutiu os desafios do último ano de mandato, a queda de receitas e principalmente como fechar as contas, cumprindo as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo a maior preocupação a de não deixar restos a pagar para o próximo exercício.

Atuamos fortemente em Brasília, participamos das Marchas em Defesa dos Municípios e demais mobilizações promovidas pela Confederação Nacional dos Municípios. Lembramos que a AMM liderou caravanas de prefeitos em vários encontros com o objetivo de conseguir o apoio para o atendimento da pauta municipalista. Participamos de inúmeras reuniões com a bancada federal e também das mobilizações no Congresso Nacional.

A transferência do FEX para os municípios foi uma das principais bandeiras. Articulamos junto ao Senado Federal a elaboração do projeto de lei que estabeleceu o pagamento do FEX de 2014, além da apresentação de um Projeto de Lei de autoria do senador Wellington Fagundes, que determina a compensação financeira de 100% aos

municípios do que é desonerado pela Lei Kandir com as exportações. Em busca dos recursos do FEX, nos reunimos com a então presidente Dilma Rousseff, posteriormente com o presidente Michel Temer e também com ministros.

Nestes dois anos, as reivindicações junto ao governo federal foram intensificadas ainda mais para garantir os restos a pagar, essenciais para finalizar obras nas cidades, como também a complementação do Fundo de Participação dos Municípios-FPM, as correções nas transferências para custeio do transporte escolar, merenda, repasses para o custeio da saúde e outros programas sociais.

A AMM ingressou com ações na Justiça Federal para assegurar os recursos de multas sobre o Imposto de Renda, obtidos na repatriação de recursos do exterior. Recomendamos aos prefeitos que também recorressem com ações individuais para obter os recursos da repatriação.

Durante a nossa gestão, destacamos a importância dos Consórcios de Desenvolvimento Econômico para o combate às desigualdades regionais. Através deles, os gestores podem apresentar projetos que visam o fortalecimento da economia local. Por meio dos consórcios, prefeitos de várias regiões foram atendidos em Cuiabá pelo ex-ministro de Cidades, Gilberto Kassab.

A AMM investiu em capacitação com seminários, oficinas e cursos. Abordou as regras da nova contabilidade, municipalização da cobrança do ITR, discutiu Planos de Saneamento básico, Municípios Sustentáveis, iniciativas para o desenvolvimento da agricultura familiar e outros temas. Equipes visitaram os municípios para auxiliar os prefeitos com os serviços técnicos. Foram elaborados projetos em diferentes áreas, visando a liberação de recursos destinados à infraestrutura.

Após as eleições, reunimos os prefeitos eleitos e reeleitos no Seminário Novos Gestores, ocasião em que foram apresentados temas mais relevantes sobre a realidade dos municípios e os novos desafios diante do cenário econômico. A reforma do prédio da AMM foi uma das prioridades desta gestão com o objetivo de ampliar o atendimento e corrigir falhas que estavam comprometendo a estrutura. Toda a reforma foi realizada com recursos de orçamento próprio, graças às medidas de economia adotadas na nossa gestão.

Acompanhamos de perto todo o trabalho desenvolvido na instituição na parte técnica, esfera política e nas demais ações, pois temos compromisso com a defesa dos municípios. Com o apoio dos prefeitos e as parcerias, a instituição melhora a cada dia e consolida a sua marca de uma AMM Eficiente.

**Neurilan Fraga**  
Presidente da AMM



Biênio 2015/2016

Av. Rubens de Mendonça, 3.920 - CEP: 78.050-902 • CPA • Cuiabá-MT  
Fone: (65) 2123-1200

#### Diretoria da AMM - 2015/2016

Presidente de honra:

**Ondanir Bortolini (Nininho)**

Presidente:

**Neurilan Fraga** - Prefeito de Nortelândia

1º Vice-presidente:

**Roberto Ângelo de Farias** - Prefeito de Barra do Garças

2º Vice-presidente:

**Walmir Guse** - Prefeito de Conquista D'Oeste

3º Vice-presidente:

**Solange Souza Kreidlolo** - Prefeita de Nova Bandeirantes

4º Vice-presidente:

**Valter Mioto Ferreira** - Prefeito de Matupá

5º Vice-presidente:

**José Helio Ribeiro** - Prefeito de Novo Mundo

Secretário Geral:

**Hugo Garcia Sobrinho** - Prefeito de Santa Rita do Trivelato

1º Secretário:

**Ednilson Luiz Faíta** - Prefeito de Aripuanã

2º Secretário:

**Valteir Quirino dos Santos** - Prefeito de Indaiavá

Tesoureiro Geral:

**Marcos de Sá Fernandes da Silva** - Prefeito de Santa Cruz do Xingu

1º Tesoureiro:

**Pedro Tercy Barbosa** - Prefeito de Denise

2º Tesoureiro:

**João Braga Neto** - Prefeito de Nova Maringá

#### CONSELHO FISCAL:

1º Jamar da Silva Lima - Prefeito de Nova Brasilândia

2º Francisco Endler - Prefeito de Nova Guarita

3º Cristovão Masson - Prefeito de Nova Olímpia

#### SUPLENTES:

1º Odoni Coelho Mesquita - Prefeito de Torixoréu

2º José Mauro Figueiredo - Prefeito de Arenópolis

3º Dirceu Martins Comiran - Prefeito de Campos de Júlio

#### Expediente



Revista Especial de Balanço  
**Gestão 2015-2016**

Presidente: Neurilan Fraga

Jornalista Responsável: Malu Sousa DRT493/MT

Edição: Rosimara Almeida

Redação: Rosimara Almeida, Adellisses Magalhães e Malu Sousa

Colaboração: Daniel Hoffmann e Vanderson Ferraz

Projeto Gráfico e Diagramação: Kleber Simioni

Foto da Capa: Vicente de Souza

## Histórico da AMM



Fundada em 04 de maio de 1983, a Associação Mato-grossense dos Municípios surgiu da necessidade de se criar uma entidade que congregasse e defendesse os interesses dos municípios, atuando junto ao Executivo, Legislativo, Judiciário e outros segmentos, além de liderar as lutas municipalistas. Entre os objetivos da AMM estão a prestação de serviços técnicos para as prefeituras, assistência jurídica e administrativa, auxílio na elaboração de planos de desenvolvimento, elaboração de projetos, além de promoção de eventos para debater os problemas inerentes aos municípios, entre outras ações.

A ata de constituição da AMM registrou 53 prefeitos, que se uniram em torno do projeto municipalista, idealizado pelas lideranças da época. Com apenas nove funcionários, a primeira sede da associação foi inaugurada no Edifício Milão, no centro da capital, onde funcionou por mais de cinco anos. Em 1988 foi inaugurada a nova sede da Associação Mato-grossense dos Municípios, onde funciona atualmente, na avenida historiador Rubens de Mendonça.

O primeiro presidente foi o ex-prefeito de Cuiabá, Anildo Lima Barros no período de 1983 a 1984. Em seguida, Darcy Capistrano de Oliveira, ex-prefeito de Diamantino, presidiu a AMM entre 1985 e 1986. O terceiro presidente da AMM foi o ex-prefeito de Rondonópolis, Fausto de Souza Faria, que administrou a instituição de 1987 a 1988. Evaldo Jorge Leite, ex-prefeito de Colíder, dirigiu a AMM entre 1989 e 1990. João Batista Rodrigues Alves, de Barão de Melgaço, foi presidente da AMM em 1991. O ex-prefeito de São José do Rio Claro, Aparecido Briante, presidiu a AMM em 1992. Hélio Antunes Brandão Filho, ex-prefeito de Jangada, foi presidente da AMM entre 1993 e 1994. Vilceu Marchetti, ex-prefeito de Primavera do Leste, presidiu a AMM de 1995 a 1996. Ex-prefeito de Comodoro, Jair Benedetti, foi presidente da AMM de 1997 a 1998. O ex-prefeito de Primavera do Leste, Érico Piana, presidiu a AMM por quatro anos, de 1999 a 2002. Ezequiel Ângelo Fonseca, de Reserva do Cabaçal, dirigiu a AMM nos anos de 2003 e 2004. José Aparecido dos Santos, ex-prefeito de Nova Marilândia, presidiu a AMM por dois mandatos, entre 2005 e 2008. Pedro Ferreira de Souza, ex-prefeito de Jauru presidiu a entidade no período de 2009 e 2010. Meraldo Figueiredo Sá, ex-prefeito de Acorizal, foi presidente de 2011 a 2012. Valdecir Luiz Colle, de Juscimeira, presidiu a AMM entre 2013 e 2014, e Neurilan Fraga, prefeito de Nortelândia, entre 2015 e 2016.



#### GERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO



Acesse: [www.amm.org.br](http://www.amm.org.br)

@amm.mt

@amm\_mt

@amm.matogrosso



# SUMÁRIO



## Modernização

Investimento em reforma vai garantir melhor atendimento aos municípios - **Pág. 6**

## Transparência

Campanhas, publicações e redes sociais esclareceram população e divulgaram ações institucionais - **Pág. 78**



## Parcerias



AMM fortalece relações institucionais para atender prioridades da pauta municipalista - **Pág. 36**

## Eventos

## Resultados

**Prestação de serviços técnicos assegurou economia de R\$ 98 milhões para as prefeituras**  
- **Pág. 16**

Prefeitos participaram de vários encontros para debater alternativas para os municípios - **Pág. 48**



## Mobilizações

AMM liderou reuniões e articulou apoio para garantir o pagamento do FEX às prefeituras - **Pág. 26**





# AMM mais moderna

Instituição investiu em reforma para garantir melhor atendimento aos municípios, que contarão com espaço físico mais amplo, harmônico e acolhedor

A reforma do prédio da Associação Mato-grossense dos Municípios foi uma das principais realizações da última gestão. A obra, que teve início em janeiro de 2016, reparou e ampliou as instalações de atendimento aos prefeitos. Foram investidos mais de R\$ 1 milhão no projeto, oriundos do orçamento da própria entidade. Um processo de licitação foi realizado para a escolha da empresa executora do serviço, que contou com o acompanhamento de profissionais da Coordenação de Projetos da AMM.

De acordo com o presidente da AMM, Neurilan Fraga, a reforma deve garantir que a sede da Associação tenha uma estrutura mais adequada para a prestação de serviços aos municípios. Ele explicou que o investimento foi possível devido às medidas de economia adotadas no primeiro ano do mandato. A reforma foi uma das prioridades da gestão, considerando a importância da revitalização para uma prestação de serviço mais eficiente. Em 2016 a AMM completou 33 anos e o investimento vai modernizar a instituição, acolher melhor os visitantes e oferecer melhores condições de trabalho aos colaboradores.



Reforma inclui a ampliação do estacionamento, que contará com 45 novas vagas



Projeto de nova fachada para o prédio da AMM



Guarita vai garantir maior segurança aos visitantes e funcionários







Está incluso no projeto licitado a ampliação do estacionamento, que contará com 45 novas vagas, novos banheiros, restauração do auditório, com instalação de um novo sistema de som, telhado, forro, parte elétrica, melhoria da parte lógica, que inclui rede, internet e telefonia, alterações na fachada do prédio, que ganhará nova configuração e cores, além de um pórtico na entrada do estacionamento e guarita para garantir maior segurança aos visitantes e funcionários.

Também foi realizada a troca do telhado, que apresentava muitos problemas de infiltração. A coordenadora de Projetos da instituição, Ana Catarina Souza, ressaltou que foi necessário trocar toda a estrutura metálica da cobertura e o telhamento devido ao desgaste que a estrutura sofreu ao longo dos anos. A nova cobertura possui característica termoacústica, que ajudará a manter a temperatura interna do ambiente, diminuindo a necessidade de uso dos ares condicionados. Foram utilizados aproximadamente 940 m<sup>2</sup> do material para a cobertura.

Outro item incluso no projeto foi a readequação do sistema contra incêndio e do sistema de prevenção contra descargas atmosféricas. A instalação de um novo sistema de lógica, que trocou todo o cabeamento da rede de computadores e telefonia, reforçou o setor de tecnologia da empresa. Foram instalados aproximadamente 3.370 metros de cabeamento lógico e 1.320 de telefonia, para atender cerca de 180 pontos de rede, distribuídos para alimentação de computadores, televisores e sistema de segurança, e 96 pontos de telefonia.

Um concurso foi promovido pela AMM, entre os arquitetos da Central de Projetos, para a escolha da nova fachada. A proposta vencedora foi escolhida em uma assembleia ordinária, com a participação dos prefeitos que compõem a diretoria da instituição e de municípios associados. Entre

**Presidente da AMM e equipe acompanharam de perto execução da obra**

as mudanças previstas estão novas cores e texturas na parte externa do prédio, modernização da entrada principal e revitalização do jardim.

A coordenadora Administrativa e Financeira, Aparecida Chiodi, informou que mesmo diante da crise financeira que atinge o país, a AMM se preparou para realizar as obras durante os dois anos.

### Histórico

A sede da AMM foi transferida para o atual endereço apenas cinco anos após a sua fundação, em 1988. Ao longo dos anos o prédio passou por diversas reformas e ampliações, até chegar à atual planta. Além de abrigar todos os setores da entidade, também funcionam no local a Associação das Primeiras Damas de Mato Grosso (APDM), a Associação dos Municípios do Araguaia (AMA) e o escritório regional da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime-MT).





Prefeitos se reuniram  
várias vezes para debater  
repasso do Fethab  
aos municípios

# Municípios conquistam Fethab

Repasso de recursos,  
consolidado por meio de  
decisão do STF, viabilizou  
investimento em  
infraestrutura em várias  
regiões de Mato Grosso

O repasse do Fundo Estadual de Transporte e Habitação - Fethab aos municípios é considerado uma das maiores vitórias municipalistas do último biênio. A conquista foi consolidada por meio de uma decisão assinada pela ministra do Supremo Tribunal Federal, Rosa Webber, em março de 2015, após análise de uma







**Vitória no Supremo Tribunal Federal foi conquistada em março de 2015**

**Representantes do governo do estado também participaram de debates sobre a partilha do Fethab**



reclamação impetrada pela Associação Mato-grossense dos Municípios. O principal argumento utilizado pela AMM era que um juiz de Mato Grosso não tinha competência para julgar a ação. A suspensão do repasse foi determinada por meio de liminar concedida pelo juiz Gilberto Bussiki, que no dia 30 de dezembro de 2014 atendeu a uma ação impetrada pela Associação de Produtores de Soja e Milho – Aprosoja.

Os repasses começaram a ser efetuados em abril de 2015 e viabilizaram várias obras de infraestrutura nos municípios, como recuperação de estradas, bueiros, pontes, além da aquisição de peças para restauração de maquinários, entre outros. Os investimentos também asseguraram o fortalecimento da economia local, além de atender necessidades básicas da população, como melhores condições para o transporte escolar e acesso a outras localidades. Até novembro de 2016 os municípios tinham recebido R\$ 413 milhões de repasse.

Desde a suspensão do pagamento do Fethab, por meio de liminar em dezembro de 2014, a AMM articulou várias ações para viabilizar os recursos para as prefeituras, conforme lei aprovada pela Assembleia Legislativa. Paralelamente às providências

na esfera jurídica, a instituição reuniu os prefeitos em sucessivas ocasiões para debater o tema, de extrema importância, considerando que muitas prefeituras já haviam incluído os recursos no orçamento para 2015 e foram surpreendidas pela decisão.

Após o Supremo definir pelo pagamento dos recursos, AMM realizou uma assembleia geral com a participação dos prefeitos. Na ocasião, foi anunciado como seria feito o pagamento do Fundo às prefeituras. Ficou definido que o primeiro pagamento, referente ao montante arrecadado no mês de março, seria pago no dia 10 de abril, juntamente com a primeira parcela dos recursos dos meses de janeiro e fevereiro.

O Fundo foi criado em 2000, através da Lei Nº 7.263, com o objetivo de atender a demanda de recuperar e manter a malha viária do estado de Mato Grosso. A legislação estabelecia que 70% dos recursos oriundos do mencionado fundo seriam destinados a financiar o planejamento, execução, acompanhamento, avaliação de obras, serviços de transporte e o restante financeira a habitação no estado. Em 2014 a Assembleia Legislativa aprovou a Lei Nº 10.051, estabelecendo que 50% dos recursos do Fundo serão destinados aos municípios.





Audiência pública discutiu proposta de mudança no Fethab

Foto: Marcos Lopes

# Nova lei do Fethab

Propostas apresentadas pela AMM foram incluídas no texto sancionado pelo governo do estado

A Associação Mato-grossense dos Municípios participou ativamente da reforma da Lei 7.263/2000, que estabeleceu o Fundo Estadual de Transporte e Habitação (Fethab). Quatro propostas apresentadas pela entidade, através de emendas parlamentares, foram incluídas no texto san-

cionado pelo governo do estado. A matéria foi discutida na sede da entidade, com a participação dos prefeitos, deputados estaduais e da Secretaria de Estado de Infraestrutura.

Entre as sugestões acatadas estão a utilização de parte do recurso para custeio de projetos de engenharia (básico e executivo) e ambientais e o aumento de um centavo na alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do óleo diesel, que passou de R\$ 0,18 para R\$ 0,19.

De acordo com o presidente da AMM, Neurilan Fraga, os itens foram

**Obra realizada  
com recursos do  
FETHAB**





propostos após consulta com os gestores municipais. Ele destacou a importância da manutenção das propostas dos prefeitos no texto final da lei, para garantir a continuidade dos trabalhos de recuperação das estradas. “Os municípios demonstraram eficiência na aplicação dos recursos do Fethab com o trabalho realizado durante todo o ano anterior, que mudou a realidade das estradas de Mato Grosso, garantindo a trafegabilidade da população, o transporte escolar e o escoamento da produção agrícola”, assinalou.

No novo Fethab, a partilha de recursos com os municípios passou a ser feita em cima da arrecadação do imposto do óleo diesel. Apesar da mudança, os prefeitos receberam a garantia de que os valores não serão inferiores ao montante repassado em 2015.

Outra mudança trazida pela nova lei é a possibilidade de investimento

de 30% dos recursos em obras de infraestrutura urbana. A Associação realizou uma consulta no Tribunal de Contas do Estado (TCE-MT), que atestou a legalidade da aplicação. O objetivo é viabilizar melhorias na área urbana durante os períodos em que a manutenção das estradas fica impossibilitada pelas chuvas.

De acordo com o projeto da Lei Orçamentária Anual de 2017, o governo do estado espera arrecadar R\$ 560 milhões com o Fethab dos combustíveis. Desse montante, os municípios devem ficar com R\$ 232 milhões para dar continuidade aos trabalhos.

#### **Mobilização**

A proposta do Governo do Estado sobre a reforma da Lei nº 7.263/2000 foi enviada à Assembleia Legislativa no dia 10 de dezembro de 2015, mesma data em que foi realizada uma

audiência pública para discutir o assunto. Na ocasião, o presidente da AMM defendeu que os repasses para os municípios deveriam ser feitos com base na Lei 10.051/2014, que garantiu metade da arrecadação para os municípios, e não no Decreto nº 2.416, que deduz 17,5% de descontos institucionais para a vinculação da Receita Corrente Líquida, 12% para pagamento da dívida e 10% para pagamento de pessoal e encargos sociais. De acordo com Fraga, por conta dos descontos, os municípios mato-grossenses deixaram de investir R\$ 124.736.789,06 em recuperação de estradas não-pavimentadas.

Para ampliar o debate junto aos municípios, foi realizada uma reunião na AMM, em dezembro de 2015, com a presença de prefeitos, parlamentares e governo, onde os municipalistas apresentaram propostas de emendas ao projeto.





# Investimento em infraestrutura





Nos últimos dois anos os municípios investiram os recursos do Fundo Estadual de Transporte e Habitação - Fethab na recuperação de estradas, pontes, equipamentos, com o objetivo de melhorar a infraestrutura local, garantir trafegabilidade e fortalecer a economia. O recurso foi utilizado para a manutenção de mais de 160 mil quilômetros de estradas municipais, cerca de 22 mil quilômetros de rodovias estaduais não-pavimentadas, pontes e bueiros. Os reparos das pontes de madeira em rodovias estaduais não-pavimentadas foram divididos com o estado, que assumiu a responsabilidade pelas estruturas com mais de 12 metros de comprimento.





# Recursos da repatriação

A divisão dos recursos com os municípios contribuiu para o ajuste fiscal das prefeituras no final da gestão

Os municípios mato-grossenses receberam em novembro de 2016 o equivalente a R\$ 84,1 milhões referentes ao programa do Governo Federal de regularização de ativos brasileiros remetidos ou mantidos no exterior de forma não-declarada. Os valores são relacionados à participação dos entes no Imposto de Renda arrecadado sobre os valores repatriados, conforme previsto na Lei Complementar 62/89, que definiu as normas para o cálculo do Fundo de Participação dos Municípios-FPM.

De acordo com a Receita Federal, a grande adesão dos contribuintes fez com que fossem repatriados R\$ 169,9 bilhões. Em cima desse valor, foram cobrados 15% de IR e 15% de multa, resultando na arrecadação de R\$ 46,8 bilhões. Os municípios brasileiros tiveram acesso à cota parte de 22,5% do imposto, equivalente a R\$ 5,268 bilhões.

Para garantir a inclusão dos recursos da multa no cálculo do rateio com as prefeituras, a Associação Mato-grossense dos Municípios e os gestores municipais acionaram a Justiça Federal, que determinou os bloqueios de recursos em juízo. Entre os municípios que recorreram à justiça para solicitar a inclusão dos recursos da multa sobre a repatriação dos ativos brasileiros no exterior no rateio com os municípios, estão: Planalto da Serra, Cuiabá, Tangará da Serra, Ribeirãozinho, Nova Maringá, Juruena, Nortelândia, Arenápolis, Cotriguaçu, Nova Xavantina, Juara, Lambari D'Oeste, Conquista D'Oeste, Ribeirão Cascalheira, Castanheira, Pontal do Araguaia, Nova Brasilândia, Indaiavá, Serra Nova Dourada, Rio Branco, Nova Ubitatã, Cocalinho, Itiquira, Vila Rica, Santo Antônio do Leste, Araguaína, Nossa Senhora do Livramento, Nova Marilândia, Várzea Grande, Santo Afonso e Novo Santo Antônio.

O presidente da AMM, Neurilan Fraga, considerou que o repasse foi uma das principais conquistas do movimento municipalista em 2016. De acordo com Fraga, as entidades estaduais se articularam junto às bancadas



Programa do Governo Federal regularizou ativos brasileiros remetidos ou mantidos no exterior de forma não-declarada

federais para pressionar pela aprovação de um projeto que também beneficiasse os municípios. Ele afirmou que a medida foi muito importante para os gestores municipais, pois possibilitou um reforço no orçamento das prefeituras e contribuiu para o equilíbrio das contas públicas e cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

## Multas de repatriação

O Governo Federal publicou no Diário Oficial da União no dia 20 de dezembro de 2016 a Medida Provisória 347/2016, que prevê a transferência de recursos para estados e municípios, referentes às multas de repatriação aos Fundos de Participação dos Municípios e dos Estados (FPM/FPE). Diante das inúmeras ações impetradas pelos municípios brasileiros, o presidente Michel Temer se comprometeu em realizar o repasse dos valores até o final do ano.





A foto da diretoria pode ser a mesma da capa

Foto: Vicente de Souza

# Gestão aprovada

**Prefeitos avaliaram positivamente o trabalho político e técnico desenvolvido pela diretoria da AMM**

Pesquisa encomendada pela Associação Matogrossense dos Municípios, em março de 2016, revelou que os prefeitos estavam satisfeitos com o trabalho político e técnico desenvolvido pela instituição. Dos entrevistados, 94,9% aprovaram a gestão da AMM e 98% avaliaram positivamente a atuação do presidente Neurilan Fraga, que assumiu a presidência da Associação em fevereiro de 2015. A comunicação direta entre Fraga e os prefeitos foi destacada por 86,7% dos entrevistados. A pesquisa quantitativa foi realizada pelo instituto Mark entre os dias 8 e 9 de março de 2016. A margem de erro é de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos.

A atuação política em defesa da conquista de novos benefícios para os municípios foi um dos destaques da pesquisa. Os prefeitos avaliam que a administração da AMM estava atingindo as expectativas dos gestores, com uma participação ativa na luta em defesa dos municípios e constante atuação junto aos demais entes federados.

O trabalho técnico desenvolvido pela equipe da Associação também foi ressaltado. A instituição possui profissionais que atuam na área de projetos de engenharia, jurídica, previdenciária, comunicação, relações institucionais, desenvolvimento econômico, apoio aos muni-

cípios junto a órgãos governamentais, assessoria em Brasília, entre outros serviços.

A pesquisa apontou que o serviço mais utilizado pelos municípios é o da Central de Projetos, mencionada por 52% dos entrevistados. O setor tem o objetivo de auxiliar as prefeituras do estado na captação de recursos para garantir investimento em setores essenciais para a população, como saúde, educação, saneamento, obras, entre outros.

O presidente da AMM, Neurilan Fraga, disse que a aprovação do trabalho político e técnico reflete a seriedade com que a diretoria conduziu a instituição, que em pouco mais de um ano implementou várias mudanças que resultaram em um novo modelo de gestão, retirando a AMM de uma situação de déficit financeiro e garantindo o equilíbrio das finanças.

## Providências

Entre as providências adotadas, destacam-se o enxugamento do quadro funcional, alterações no organograma, remanejamento de pessoal, além do treinamento da equipe técnica. No campo político a atuação da AMM garantiu o repasse do Fethab aos municípios, o pagamento do Auxílio Financeiro para Fomento às Exportações (FEX), o reajuste do transporte escolar, o fortalecimento da atuação junto aos governos estadual e federal, bancadas federal e estadual, mobilizações em Brasília e na capital, reforma do prédio, entre outras ações.





Dezenas de profissionais da AMM atuam diariamente no atendimento às prefeituras

Foto: Vicente de Souza

# Economia para os municípios

**Prestação de serviços técnicos pela AMM garantiu economia de R\$ 98 milhões para os municípios nos últimos dois anos**

Além de atuar politicamente, defendendo as bandeiras municipalistas e liderando lutas em defesa dos municípios, a AMM também presta serviços técnicos em vários setores. Dezenas de profissionais atuam diariamente no atendimento às prefeituras, prestando assessoria, solucionando pendências, encaminhando demandas, esclarecendo dúvidas, entre outras atividades. No biênio 2015-2016 a prestação de serviços técnicos garantiu economia de R\$ 98,9 milhões aos municí-

pios mato-grossenses. A Associação realiza atendimentos por meio das coordenações Jurídica, de Projetos, Administrativo-financeira, Relações Institucionais, de Articulação e Apoio ao Desenvolvimento Regional, Gerências de Comunicação, AMM-previ, Técnica-Operacional, Apoio e Escritório em Brasília.

O Jornal Oficial, que completou 10 anos de criação em 2016, consolidou-se como um dos principais serviços oferecidos pela AMM. Atendendo prefeituras, Consórcios de Saúde e de Desenvolvimento Econômico, garantiu uma economia de R\$ 51,9 milhões aos municípios no biênio 2015-2016, período no qual foram realizadas 211 mil publicações. O jornal é utilizado para publicar, sem custos adicionais, atos oficiais, como: leis, decretos, portarias, balanços, editais, extratos de



contrato, resultados de licitação, entre outros.

A Central de Projetos da instituição elaborou 1.278 projetos, que garantiram R\$ 453 milhões em investimentos na execução de obras nos municípios. O trabalho da equipe, que conta com 47 profissionais, garantiu economia de R\$ 8,5 milhões para as prefeituras associadas, que não tiveram nenhum custo adicional para ter acesso aos serviços. A execução das obras pode ser viabilizada através de recursos próprios, celebração de convênios junto a órgãos federais, estaduais, além de financiamento junto a bancos.

O trabalho desenvolvido pela Coordenação e pela Gerência de Apoio representou para os municípios uma economia de R\$ 7 milhões entre acompanhamento, monitoramento, alimentação e liberação de certidões (TCE, PGE, SEFAZ, INSS, FGTS, Receita Federal, Caixa Econômica, entre outras), monitoramento e alimentação de sistema de convênios, como Siconv, Siaf, Sigcon e outros, assessoria e monitoramento na liberação de contratos e convênios e outros repasses financeiros (FPM, Fex, Fethab), envio e recebimento de documentos e materiais diversos, pesquisas e capacitações, elaboração de documentos, suporte aos procuradores (telefonemas, e-mail, correios, protocolos, impressões), suporte ao dia a dia dos municípios, consórcios, associações e procuradores.

A Coordenação Jurídica teve uma atuação muito importante, acionando o Poder Judiciário diversas vezes para garantir os direitos dos municípios. Em novembro de 2016, a equipe jurídica ingressou com uma ação na Justiça Federal para assegurar que os recursos oriundos da multa sobre o Imposto de Renda, obtidos na repatriação sobre os ativos brasileiros no exterior, fossem incluídos na base de cálculo para a partilha com os municípios. O setor também viabilizou recuperação de crédito para vários municípios, contribuiu para o repasse do Fethab às prefeituras, além de priorizar a orientação técnica aos prefeitos sobre vários temas. A equipe orientou as prefeituras através de pareceres, publicações e consultas,

além de acompanhar os prefeitos em audiências e órgãos públicos. O setor auxiliou os prefeitos em diversos processos, que custariam aproximadamente R\$ 25 milhões em honorários advocatícios.

Responsável por intermediar o relacionamento da AMM com os poderes constituídos, órgãos e entidades, a Coordenação de Relações Institucionais atuou diretamente com a presidência da Associação para garantir importantes conquistas para os municípios. O acompanhamento da apreciação de contas das prefeituras no Tribunal de Contas de Mato Grosso e de assuntos de interesse de municípios em órgãos governamentais, a busca de parcerias para realização de cursos e treinamentos, o repasse aos municípios de informações relacionadas à arrecadação e demais questões financeiras foram algumas das atividades desenvolvidas pelo setor, que também abrange a Gerência Técnica Operacional. Serviços desenvolvidos pela equipe no biênio 2015/2016 gerou economia de R\$ 6,5 milhões aos municípios mato-grossenses.

Criteriosa nas decisões e atenta aos melhores resultados, a Coordenação Administrativa e Financeira trabalhou em sintonia com a presidência da AMM buscando consolidar uma gestão eficiente na instituição. Desde o início da gestão, ofereceu o suporte necessário para garantir a saúde financeira da instituição, com a adoção de várias medidas, como o controle do uso dos insumos. A economia possibilitou várias ações, como a reforma do prédio, que só foi possível devido a um rigoroso controle de gastos. O setor também preparou a Associação para as alterações no quadro funcional, acompanhando as etapas de demissões e contratações necessárias para formar a nova equipe.

A previdência municipal também recebeu uma atenção especial, através do programa AMM-Previ, que garantiu assessoria aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) presentes em 102 dos 141 municípios mato-grossenses. Mato Grosso é o segundo estado brasileiro com maior número de municípios com regimes próprios de previdência, proporcionalmente. Atualmente, 56 institutos estão vinculados ao programa, que proporciona melhor desempenho nos investimentos e organização, através do formato de terceirização da gestão e ativos e passivos. Os institutos fecharam o ano de 2016 com mais de R\$ 1 bilhão em caixa.



## AMM desenvolve trabalho técnico e político para atender demandas dos municípios





Resultado de estudo  
foi apresentado em  
entrevista coletiva

# Plano de industrialização

AMM elaborou proposta visando agregar valor à produção, gerar emprego, renda e tributos ao estado

A Associação Mato-grossense dos Municípios elaborou um estudo que propõe a modernização e industrialização do estado, através de um plano estratégico executado com a participação de vários segmentos. O objetivo é a



Plano foi apresentado e debatido na Federação das Indústrias de Mato Grosso





Presidente da AMM defendeu proposta da instituição em debate na UFMT



industrialização de matérias-primas, visando agregar valor à produção, gerar emprego, renda e tributos ao estado. A AMM propõe que 5% da receita arrecadada na exportação de commodities sejam destinados a um fundo, que seria constituído por uma contribuição econômica cobrada das empresas exportadoras nacionais e multinacionais (trading).

A instituição entrou nessa discussão diante da gradual perda da capacidade de investimento por parte dos municípios. A desoneração da Lei Kandir, criada em 1996, se mostrou financeiramente perversa ao estado e municípios. Houve insignificante reposição pelo governo federal, comparada ao valor que o estado deixou de arrecadar. Algo como R\$ 2,5 bilhões do ICMS deixaram de ser arrecadados. Em 2015 apenas R\$ 400 milhões retornaram do governo federal aos estados e municípios, através do Auxílio Financeiro para Fomento às Exportações - FEX.

A AMM aponta que os recursos não arrecadados fragilizam a eco-

nomia fiscal do estado. Na safra de 2015, o complexo soja exportou 66% da produção estadual desonerada do ICMS. No caso do milho, das 26,7 milhões de toneladas produzidas, 70% foram exportadas in natura para o exterior. Na produção total de algodão, 27% foram exportadas em forma de plumas. Do total de carne bovina 22% foram exportadas. Em 2015 o estado exportou U\$ 13.070 bilhões de commodities agrícolas.

O plano propõe um programa de logística de transporte permeado por uma produção ambientalmente equilibrada. Considera a promoção do desenvolvimento equilibrado socialmente para promover o desenvolvimento das regiões mais empobrecidas do estado, dentro de uma lógica de mercado competitivo e de produção.

#### Debate ampliado

O Plano de Desenvolvimento Industrial para Mato Grosso foi debatido em maio de 2016 durante reunião na Federação das Indústrias de Mato Grosso - Fiemt. O projeto

foi apresentado ao presidente da Fiemt, Jandir Milan, que também contribuiu com sugestões para a operacionalização da iniciativa. A reunião contou, ainda, com a presença de consultores da Associação e de representantes da Federação das Indústrias. O objetivo do plano, que tem como eixo principal a sustentabilidade, é agregar valor à produção, gerar emprego, renda e tributos ao estado.

#### Lei Kandir

Os reflexos da Lei Kandir na economia mato-grossense foram debatidos em maio de 2016 em evento na Universidade Federal de Mato Grosso. Com o tema "Lei Kandir, hora de mudança?" a reunião contou com a participação de representantes de entidades ligadas ao setor produtivo e foi aberto à sociedade. Na ocasião, o presidente da AMM, Neurilan Fraga, apresentou aos participantes a proposta da Associação para estimular a industrialização no estado, melhorar a saúde financeira dos municípios e promover o desenvolvimento econômico regional.





Gestores abordaram os temas mais urgentes da pauta municipalista

# Diálogo com o Planalto

Prefeitos apresentaram prioridades da pauta municipalista para Dilma Rousseff

Os presidentes das entidades municipalistas, a diretoria e o Conselho Político da Confederação Nacional dos Municípios – CNM foram recebidos pela ex-presidente Dilma Rousseff, em outubro de 2015, no Palácio do Planalto. Durante o encontro, que também contou com a participação dos ex-ministros Ricardo Berzoini e Jacques Wagner, os gestores apresentaram os temas mais urgentes da pauta municipalista, entre eles, a proposta que descentraliza a cobrança do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS). A mudança poderia significar uma receita para os municípios superior a R\$ 10 bilhões. A emenda tinha sido aprovada pela Câmara e aguardava parecer do Senado.

Outro ponto foi a mudança no critério que define o reajuste do piso salarial do magistério. A Lei 11.738/2008 determina que o piso da categoria seja reajustado todos os anos, conforme o valor mínimo por aluno definido no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Devido aos recursos cada vez mais escassos, o pagamento dos novos valores se torna insustentável para a maioria dos municípios. Em relação aos programas federais, a CNM destacou que os valores repassados já estão defasados há pelo menos 10 anos e a diferença quem paga é sempre o município. As transferências constitucionais são insuficientes para atender a demanda da população.

Os gestores pediram também a correção de 0,25% do repasse extra do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Eles esperavam receber 0,5% em julho de 2015 e



0,5% em julho de 2016, mas a primeira parcela foi de apenas 0,25% por levar em conta o período de seis meses e não um ano, conforme o compromisso firmado entre a União, Congresso Nacional e a CNM.

## Subfinanciamento

O presidente da AMM, Neurilan Fraga, foi uma das lideranças municipalistas indicadas pela CNM para falar sobre o subfinanciamento dos programas federais, como o Transporte Escolar, Merenda Escolar, Programa de Saúde da Família, além de outros. Neurilan citou como exemplo a merenda escolar, pois as prefeituras recebem apenas R\$ 0,30 por dia para bancar a despesa de cada aluno. Os recursos são insuficientes também para custear o serviço do transporte escolar e as prefeituras sempre têm que arcar com as diferenças dos valores.

A então presidente Dilma disse que a reunião foi um momento para discutir os temas e buscar alternativas que possam tirar os municípios da situação que se encontram. Ela sinalizou, porém, que devido ao momento desfavorável da economia brasileira, não seria possível lidar com questões como o reajuste dos programas federais. Dilma também firmou o compromisso sobre a contrapartida da União para custear o piso do magistério e o repasse de 0,25% do FPM.





Foto: Agência CNM



Foto: Agência Senado

Lideranças se reuniram com o presidente do Senado mais de uma vez para apresentar demandas

# Mobilização no Congresso

**Prefeitos cobraram apoio de líderes parlamentares para garantir o repasse de recursos federais**

Reuniões com dirigentes do Congresso Nacional integraram a programação das mobilizações nacionais nos últimos dois anos. Em agosto de 2015, prefeitos de várias partes do país se reuniram em Brasília para a primeira Mobilização Permanente do ano, coordenada pela Confederação Nacional dos Municípios – CNM. O presidente da Associação Matogrossense dos Municípios, Neurilan Fraga, participou do evento, liderando uma comitiva de prefeitos do estado. A mobilização foi necessária para reivindicar o atendimento da pauta municipalista, visando amenizar as dificuldades das prefeituras.

Os dirigentes foram recebidos pelo presidente do Senado Federal, Renan Calheiros. O objetivo do encontro foi reforçar a pauta do Pacto Federativo em análise pelos senadores. Melhor distribuição do bolo de tributos e evitar a criação de novos encargos sem indicar a fonte de financiamento foram as principais reivindicações.

Uma reunião com o então vice-presidente da República, Michel Temer, também integrou a programação da primeira Mobilização Permanente do ano. O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e os Res-



Foto: Agência CNM

Reivindicações também foram discutidas com o presidente da Câmara Federal

tos a Pagar (RAP) foram temas debatidos com Temer. Ambos eram motivos de preocupação para os prefeitos e considerados temas prioritários, pois repercutem na receita e na capacidade de investimento dos entes municipais.

Para reivindicar o repasse de recursos para os municípios e cobrar no Congresso Nacional a votação de vários projetos, prefeitos fizeram uma manifestação na praça dos Três Poderes, em agosto de 2015.

A diretoria da CNM se reuniu em fevereiro de 2016 com o então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, para entregar a pauta municipalista ao parlamentar. Entre os principais itens da pauta, destacaram-se os seguintes: repatriação de divisas; Contribuição Provisória sobre Movimento Financeiro (CPMF); Piso Salarial do Magistério; Precatórios; Simples Nacional, Restos a Pagar, entre outros.

## Mais recursos para os municípios

Em outubro de 2016, prefeitos de várias regiões do país participaram, em Brasília, de uma mobilização municipalista, organizada pela CNM com o apoio das entidades estaduais. Um dos destaques da mobilização foram as reuniões com os presiden-



Foto: Agência CNM

Prefeitos também se reuniram com o então vice-presidente Michel Temer

tes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, para pedir apoio dos congressistas para que intercedessem junto ao governo federal visando a liberação de recursos do Auxílio Financeiro para Fomento às Exportações - FEX, do percentual da multa aplicada sobre os valores repatriados e a complementação de 0,25 % do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, que ainda estava pendente.

A preocupação era grande, considerando que o atraso e a diminuição no repasse de recursos afetam as finanças municipais e comprometem o planejamento das prefeituras. Os prefeitos também pediram apoio para que o Congresso aprove o Projeto de Lei que flexibiliza a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF para que a legislação não puna os gestores que, por ventura, deixarem restos a pagar, provenientes da crise econômica, que está prejudicando a arrecadação das receitas municipais. O objetivo da mobilização foi sensibilizar o Congresso Nacional e o governo federal para a situação em que se encontravam os governos locais. Os presidentes das entidades estaduais e integrantes da diretoria da Confederação Nacional de Municípios (CNM) lideraram as atividades.



Gestores tomaram as ruas de Brasília para reivindicar atendimento de pauta municipalista





# Bancada comprometida

Prefeitos apresentaram aos parlamentares pautas emergenciais para os municípios

**Senadores discutiram pauta municipalista e se comprometeram em acelerar votação de projetos**

A votação dos projetos que tramitam no Congresso Nacional foi o principal assunto debatido em agosto de 2016, em Brasília, durante reunião entre municipalistas e parlamentares da bancada federal. Participaram do encontro o presidente da Associação Matogrossense dos Municípios, Neurilan Fraga, os representantes da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Eduardo Stranz e Kim Borges Damasceno, os senadores Cidinho Santos, José Medeiros e Wellington Fagundes, o deputado federal Ezequiel Fonseca e o ex-prefeito de Nova Marilândia, Wener Santos.

A CNM informou que a reforma do Pacto Federativo é fundamental para a superação da crise fiscal, financeira e política que afeta os municípios. A instituição elencou as pautas emergenciais relacionadas ao governo federal e ao Congresso Nacional, essenciais para a viabilidade administrativa dos municípios.

Durante a reunião, foram apresentados aos senadores os projetos que aguardam a votação, tais como o projeto de Lei do Imposto sobre Serviços – ISS, que prevê o aumento na base de arrecadação do imposto, para permitir que o tributo seja cobrado sobre operações e leasing, cartão de débito e crédito; a proposta

referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), para que os municípios disponham de créditos das parcelas de produtos da arrecadação de impostos de competência de estados e de transferências; o projeto que institui a modernização da Lei de Licitações e contratos da administração pública; o projeto de Lei sobre os Resíduos Sólidos; a proposta de emenda para a atualização dos valores dos programas federais, além de outros que aguardam a deliberação do Senado.

Os senadores Cidinho Santos, José Medeiros e Wellington Fagundes assumiram o compromisso de lutar pelos municípios. Cidinho, que já foi prefeito e presidente da AMM, sabe da importância da aprovação dos projetos. Fagundes, que é relator do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), garantiu a proposição ao governo federal de uma compensação aos municípios que deixaram de arrecadar por conta da Lei Kandir. O projeto 288, de autoria de Fagundes, dará a possibilidade de inclusão dos valores do Auxílio Financeiro para Fomento às Exportações (FEX) para compensar estados e municípios pelas perdas com a Lei Kandir, que desonerou de ICMS a exportação de produtos primários e semi-elaborados.

O presidente da AMM, Neurilan Fraga, pediu aos senadores que agilizassem a votação dos projetos e fez uma avaliação positiva da reunião. Segundo ele, os senadores manifestaram preocupação em relação aos projetos de interesse dos municípios.





Foto: Agência CNM

Líderes  
municipalistas  
apresentaram pauta  
de reivindicação a  
deputados federais



# Pauta municipalista

## Capacitação possibilitou a atualização dos servidores sobre práticas de administração tributária

Líderes municipais participaram em junho de 2016, em Brasília, de uma série de reuniões para articular a votação da pauta municipalista no Congresso Nacional. As reuniões contaram com a participação do presidente da AMM, Neurilan Fraga, de representantes da Confederação Nacional dos Municípios – CNM, entre outros dirigentes de entidades estaduais.

O primeiro compromisso foi com o líder do governo na Câmara dos Deputados, André Moura, que ouviu dos gestores uma série de reivindicações, entre as quais a necessidade de agilizar a votação de projetos importantes para os municípios. O parlamentar se comprometeu em acelerar a tramitação das matérias e marcar uma audiência com o então presidente em exercício, Michel Temer, para discutir o pagamento do FEX de 2016 e o pagamento do 1% do Fundo de Participação dos Municípios – FPM.

Os prefeitos também se reuniram com o senador Romero Jucá para discutir a votação do projeto de Lei do Imposto sobre Serviços – ISS, que prevê o aumento na base de



O pagamento do FEX foi um dos assuntos tratados com o senador Wellington Fagundes

arrecadação do imposto. A ideia é permitir que o tributo seja cobrado sobre operações de leasing, cartão de débito e crédito. A proposta já foi aprovada na Câmara e aguardava apreciação no Senado. Os gestores também tiveram uma audiência com o líder do PSDB na Câmara, Antônio Imbassahy, para pedir agilidade na votação dos projetos.

Os gestores municipais se reuniram, ainda, com o senador Wellington Fagundes, relator do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Durante o encontro foi discutida a possibilidade da Lei Orçamentária de 2017 trazer como novidade a inclusão dos valores do Auxílio Financeiro para Fomento às Exportações (FEX), ajuda financeira destinada a compensar Estados e municípios pelas perdas com a Lei Kandir, que desonerou de ICMS a

exportação de produtos primários e semielaborados.

Junto com o Conselho Político da Confederação Nacional dos Municípios, formado por lideranças dos estados, o presidente da AMM se reuniu em abril de 2016 com o líder da Câmara dos Deputados, André Moura, que é relator da Comissão que discute o Pacto Federativo. Os prefeitos pediram celeridade na votação de projetos de interesse dos municípios, como: Resíduos Sólidos, ISSQN, derrubada do veto presidencial que trata da multa da repatriação de valores, o reajuste do Piso do Magistério, a prorrogação do prazo da Lei dos Lixões e a importância dos consórcios públicos. Os gestores reivindicaram, ainda, que Moura fizesse uma mediação junto ao Ministério da Fazenda para a liberação da complementação do Fundo de Participação dos Municípios – FPM.

No Senado, as lideranças se reuniram com o presidente Renan Calheiros. A prioridade era derrubar o veto da presidente Dilma em relação ao projeto referente à multa sobre a repatriação de recursos. Os prefeitos estavam buscando meios para garantir o equilíbrio financeiro, lutando pela aprovação de projetos de interesse para os municípios.





Presidentes de entidades estaduais cobraram atendimento de pauta municipalista

# Mobilização nacional

**Marcha a Brasília de 2015 reuniu representantes do Governo Federal e do Congresso Nacional**

Gestores mato-grossenses se uniram a prefeitos de várias partes do país, em maio de 2015, durante a XVIII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, realizada pela Confederação Nacional dos Municípios. Liderados pelo presidente da AMM, Neurilan Fraga, reuniram-se para tratar da pauta do evento. Neurilan ressaltou que era preciso manter o foco no Pacto Federativo e buscar o apoio da bancada federal para a votação da reforma.

A ex-presidente Dilma Rousseff foi representada na Marcha pelo então ministro de Cidades, Gilberto Kassab. Estiveram presentes também outros ministros, o presidente do Senado, Renan Calheiros, o ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, governadores de estado, entre outros.

O presidente da AMM frisou que a crise financeira foi causada pelo governo federal, que não fez o ajuste fiscal e nem o enxugamento da máquina administrativa. Em relação ao corte no orçamento, somente no Ministério de Cidades foi de R\$ 18 bilhões, que atingiu diretamente os programas do governo federal nos municípios.

A pauta prioritária encaminhada pela CNM com as principais reivindicações municipalistas incluiu os seguintes assuntos: FPM- Fundo de Participação dos Municípios – normatizar o Fundo para impedir oscilações; Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) – incluir a CNM no grupo de trabalho para que tenha acesso e voz nas deliberações; Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) – extingue a inci-



Foto: Vicente de Souza

Prefeitos se reuniram para discutir a pauta da mobilização e definir estratégias

dência do Pasep sobre as receitas municipais; Programas federais – obrigar a União a corrigir, no mínimo pelo índice de inflação, os repasses destinados à execução de programas federais; Educação – fazer com que a União repasse os valores que extrapolem 60% do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (Fundeb) para o pagamento de pessoal em consequência do piso; Ajuste Fiscal – alterar o percentual do Valor Adicionado Fiscal na composição do índice de retorno do ICMS da quota parte municipal; e Saúde – destinar à União a obrigação de complementar os valores que os municípios gastam a mais do que determina a Constituição Federal.





Presidente da AMM  
defendeu maior  
autonomia financeira  
para os municípios

# Marcha 2016

Com menos recursos e mais atribuições, prefeitos protestaram contra crise e cobraram mudanças

A crise dos municípios foi um dos temas tratados na XIX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, realizada em maio de 2016. Uma comitiva de gestores de Mato Grosso, liderada pelo presidente da AMM, Neurilan Fraga, participou da mobilização. A programação se concentrou nos desafios enfrentados pelos prefeitos no fechamento de mandato. Na abertura do evento foram apresentados dados sobre a redução de recursos nos cofres municipais. De acordo com as informações, foram R\$ 122,7 bilhões a menos no Fundo de Participação dos Municípios - FPM de 2008 a 2014, resultado de desonerações nos Impostos de Renda e Sobre Produtos Industrializados (IR e IPI).

Além de ter que lidar com desemprego e contingenciamento de R\$ 21 bilhões no orçamento, os prefeitos precisam enfrentar o aumento de tarifas, como por exemplo: a água teve crescimento de 16,64%, a luz aumentou 50,48% e o combustível sofreu reajuste de 18,61%. Tais insumos são considerados essenciais para o funcionamento das prefeituras. Os dados foram apresentados durante a palestra do presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski.

O presidente da AMM disse que a crise prejudica o desenvolvimento dos municípios, que ao longo dos



Prefeitos foram a Brasília receber orientações para o encerramento do mandato

anos perderam autonomia financeira, situação agravada pelo aumento de atribuições das administrações municipais. Fraga destacou que os municípios esperam ser tratados como prioridade pelo governo federal e Congresso Nacional.

O presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, disse que a crise de hoje é muito mais grave, e dentre os motivos, ele citou a não regulação do Pacto da Federação ao longo dos anos. Ziulkoski constatou que a arrecadação tem caído e não tem como fechar esta conta. Além disso, ele mencionou que a União se vangloria de cumprir com o limite de gasto com pessoal, que é de 23% da Receita Corrente Líquida (RCL), mas isso porque ela não assumiu mais responsabilidades, transferiu algumas para os estados e a maioria delas para os municípios.

Ziulkoski também mencionou uma conquista da Marcha e do movimento municipalista, que foi a aprovação de projeto que proíbe a criação de demanda sem a indicação de fonte para o custeio. A matéria teve votação concluída no Senado Federal em 2016.





O pagamento do FEX 2016 foi uma das reivindicações apresentadas ao presidente Michel Temer

Foto: Beto Barreto

# Compensação para os municípios

AMM liderou mobilizações e articulou apoio para garantir o pagamento do FEX às prefeituras

O repasse do Auxílio Financeiro para Fomento das Exportações - FEX foi assunto recorrente para o municipalismo mato-grossense e brasileiro nos últimos dois anos. Com os sucessivos atrasos no repasse do recurso, a Associação Mato-grossense dos Municípios e os prefeitos se mobilizaram para garantir o pagamento do FEX de 2015 e 2016. Em meio à crise financeira que abalou o país, o repasse do recurso era considerado imprescindível para as prefeituras, que já contavam com o dinheiro para atender demandas básicas. Boa parte das prefeituras depende de transferências governamentais para cumprir seus com-

**Boa parte das prefeituras depende de transferências governamentais para cumprir seus compromissos.**

promissos, por isso as sucessivas demoras nos créditos dos recursos causam impactos negativos nas administrações municipais.

Em setembro de 2015 a Comissão Especial de Desenvolvimento Nacional do Senado aprovou o Projeto de Lei do Senado (PLS) 136/2015 que trata da prestação de auxí-





Conselho Político da CNM debateu repasse do FEX aos municípios

lio financeiro pela União aos Estados, Distrito Federal e Municípios do FEX relativo ao exercício de 2015. A aprovação foi considerada mais um importante resultado da articulação do movimento municipalista, da AMM juntamente com a CNM, e demais associações de municípios, que se mobilizaram para garantir mais recursos para os municípios.

O repasse do FEX de 2015 foi um dos temas discutidos em fevereiro de 2016, em Brasília, durante reunião do Conselho Político da Confederação Nacional dos Municípios – CNM, com a participação da AMM. Prefeitos participantes do encontro cobraram a transferência dos recursos, conforme compromisso assumido pelo governo federal.

Em março de 2016 ocorreram mais duas importantes reuniões, em Brasília, para debater o assunto. A primeira foi com a então presidente Dilma Rousseff, que assumiu o compromisso com prefeitos, durante reunião no Palácio do Planalto, de que o repasse deveria ser feito até o início do segundo semestre de 2016. A presidente determinou que fosse feito um estudo técnico para viabilizar o pagamento.

Ainda em março o presidente da AMM, Neurilan Fraga, foi chamado pelo então ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, em Brasília, para tratar sobre o pagamento do FEX de 2015. A reunião foi resultado das duas audiências que Neurilan, acompanhado de presidentes de associações de outros estados, teve com a ex-presidente Dilma Rousseff, solicitando a liberação do FEX para Mato Grosso. O encontro também contou com a participação do senador Wellington Fagundes, que representou a bancada federal de Mato Grosso, e do então secretário executivo do ministério, Dyogo Oliveira. Durante a reunião, foi anunciado que o ministério da Fazenda estava fazendo um estudo técnico que definiria a forma como seria feito o pagamento do FEX de 2015.

O pagamento do FEX 2016, a inclusão da garantia do pagamento do FEX 2017 na LDO, além da compensação em razão das exportações foram assuntos discutidos em julho de 2016 em Brasília, no Palácio do Planalto e na



A correção do FEX de 2017 pela inflação foi anunciada em entrevista coletiva na AMM

Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional. O presidente da AMM participou junto com o senador Wellington Fagundes, da reunião no Palácio do Planalto, com o presidente Michel Temer e os ministros do Planejamento,

Dyogo Oliveira, da Fazenda, Henrique Meireles, e com o chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, para tratar desses temas.

Atualmente o governo federal repassa aos estados exportadores de commodities o total de R\$ 1,950 bilhão. Desse montante total, Mato Grosso recebe apenas R\$ 420 milhões. De acordo

com estudos elaborados pela AMM, no ano de 2015 foram exportados pelo agronegócio de Mato Grosso cerca de 12,7 bilhões de dólares, valores desonerados do pagamento do ICMS por conta da Lei Kandir. Com isso, o estado e os municípios deixaram de arrecadar quase R\$ 5 bilhões.

## Corrigido pela inflação

O FEX que vai ser repassado a estados e municípios em 2017 será corrigido pela inflação. A definição consta no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o próximo ano, cujo relatório foi aprovado na Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional. Esse foi um dos anúncios de uma entrevista em julho de 2016, na AMM, com a participação do presidente da AMM e do senador Wellington Fagundes, relator da LDO 2017.

Estima-se que a medida eleve o repasse do FEX de Mato Grosso para aproximadamente R\$ 480 milhões. O montante de 2015, pago em 2016, foi de R\$ 422 milhões. Do total, 75% ficam com o estado e 25% com os municípios. A correção pela inflação é um grande avanço para os municípios, que não contam com a previsão de novos tributos para aumentar a arrecadação.

O Fundo de Exportação refere-se à compensação das perdas com a isenção do ICMS nos produtos exportados, e é repassado aos municípios desde 2004 através de publicação de Medidas Provisórias. Sobre a utilização do recurso, não há vinculação específica para a aplicação. A periodicidade da transferência depende da edição do documento legal para a liberação dos recursos, cujos meses de crédito variam anualmente.

**Em meio à crise financeira, o repasse do FEX era considerado imprescindível para os municípios.**





Foto: Vicente de Souza

# Transporte escolar

Dois anos de luta pelo reajuste, debatido em várias reuniões entre a AMM e a Secretaria de Estado de Educação

A atualização dos valores repassados para os municípios custearem o transporte escolar foi uma das bandeiras da AMM nos últimos dois anos. Desde o início da gestão, a diretoria da instituição e prefeitos se uniram para reivindicar do governo do estado o reajuste do repasse. Foram realizadas várias reuniões, na sede da Associação e na Secretaria de Estado de Educação.

Em uma das reuniões, realizada na Seduc, em fevereiro de 2015, foi discutida a criação de uma comissão, formada por representantes da Secretaria e da AMM, para realizar um levantamento sobre o transporte escolar nos municípios e debater alternativas para resolver as dificuldades que os gestores enfrentam



Muitas prefeituras transportam mais alunos do estado do que da rede municipal

para realizar a locomoção dos alunos. A reunião contou com a participação do presidente da AMM, Neurlan Fraga, de prefeitos e do então secretário de Educação, Permínio Pinto. Em setembro do mesmo ano, as Alternativas para o custeio do Transporte Escolar foi tema debatido durante painel do 32º Encontro de Prefeitos Mato-grossenses.

As negociações intensificaram em 2016. O reajuste do valor repas-

sado pelo estado aos municípios foi discutido durante reunião em janeiro de 2016, na sede da Seduc. Dirigentes da AMM, Seduc e prefeitos participaram do encontro. Os gestores argumentaram que a falta de reajuste estava sobrecarregando os cofres municipais, sobretudo com a crise financeira que provocou redução drástica na arrecadação dos municípios. O aumento do litro do óleo diesel e a necessidade





**AMM também apresentou demandas ao secretário Marcos Marrafon**



**Dirigentes da AMM, Seduc e prefeitos discutiram a complementação do repasse**

da reposição de peças dos ônibus escolares foram outras dificuldades apresentadas.

Em fevereiro de 2016, a necessidade do reajuste do repasse foi novamente discutida, em reunião na AMM. O encontro contou com a presença de prefeitos e secretários municipais de Educação de várias regiões, que debateram o assunto com o então secretário de Estado de Educação, Permínio Pinto. A reunião foi conduzida pelo presidente da AMM, que defendeu o reajuste, considerando que os valores passaram por quatro anos, no último governo, sem atualização. Ele argumentou que o governo tinha que estar sensível às necessidades dos municípios, pois muitas prefeituras transportam mais alunos do estado do que da rede municipal.

Ainda em fevereiro de 2016, o assunto voltou a ser discutido, na Associação, pela comissão de prefeitos criada para debater o encaminhamento das demandas junto ao estado. A proposta do governo para 2016

era o repasse de R\$ 2,05 por quilômetro rodado. A comissão propunha o valor de R\$ 3,50, sendo que a diferença, equivalente a R\$ 1,45, seria repassada em óleo diesel para o transporte, exclusivamente, dos alunos da rede estadual. Durante a reunião foram apresentados alguns dados sobre os custos dos municípios para custear o serviço. À época o município de Pedra Preta gastava R\$ 4,18 por quilômetro rodado, mais que o dobro do valor repassado pelo governo. Há prefeituras que investiam ainda mais no serviço, como Colniza, que aplicava R\$ 5,50 por quilômetro rodado, e Barra do Bugres, que investia R\$ 5,03, conforme levantamento realizado pela AMM.

A complementação do repasse do transporte escolar em óleo diesel foi novamente discutida, em junho de 2016, na Seduc, entre o presidente da AMM, o secretário de estado de Educação, Marco Marrafon, o prefeito de Primavera do Leste, Érico Piana, entre outros.

Fraga recebeu em julho de 2016 o secretário adjunto de obras e estrutura escolar, Túlio Cesar, e o assessor especial, João Creplive Neto, da Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer. Durante a reunião foram discutidas as demandas dos municípios na área de educação, principalmente em relação ao transporte de alunos em todo o estado. Na ocasião, o presidente da AMM ressaltou a preocupação dos gestores municipais com o custo adicional para transporte de estudantes da rede estadual após a greve, com a reposição das aulas em horários diferenciados.

A complementação do repasse foi tema de uma reunião realizada em julho de 2016 com a participação do secretário Executivo da Seduc, Luciano Bernart. Havia uma preocupação dos gestores em relação aos custos com a reposição das aulas dos alunos da rede estadual. Bernart informou que a Seduc já estava fazendo um levantamento para apresentar uma planilha com as linhas compartilhadas entre estado e municípios.

Em agosto de 2016 a AMM e a Seduc chegaram a um acordo em relação ao transporte escolar, para que a complementação do repasse dos recursos fosse feito em óleo diesel. Ficou acordado que o estado repassaria valores por quilômetro rodado, baseado nas distâncias de linhas compartilhadas de cada município, inclusive já embutido os custos de despesas com pessoal. Através do governo, seria feita uma instrução normativa específica amparando o repasse financeiro ainda no exercício de 2016. O assunto foi discutido em reunião na Seduc, com a participação de dirigentes da AMM, Seduc e prefeitos.

O ressarcimento dos gastos com o transporte escolar para a reposição das aulas dos estudantes da rede estadual foi um dos assuntos tratados em outubro de 2016 durante reunião entre o presidente da AMM, Neuirilan Fraga, prefeitos e o secretário de estado de Educação, Marcos Marrafon, na Seduc. Desde o fim da greve dos professores da rede estadual as prefeituras estavam custeando as despesas com o transporte escolar para a reposição das aulas, que estavam sendo realizadas aos sábados, nos municípios. Os prefeitos participantes argumentaram que o repasse dos recursos era fundamental para os municípios, considerando a aproximação do encerramento do mandato e a crise econômica que estava abalando as finanças municipais.





**Infraestrutura turística dos municípios foi um dos assuntos tratados com ex-ministro**

equipamentos hospitalares e construção e ampliação de unidades básicas de saúde para todos os

municípios mato-grossenses que têm emendas pendentes de 2011, 2014 e 2015.

A liberação dos restos a pagar de 2013 e 2014, inerentes a emendas parlamentares, além da retomada da análise dos projetos encaminhados à Caixa Econômica Federal visando à liberação de recursos destinados à infraestrutura urbana (PAC 2) foram os temas tratados com o então ministro das Cidades, Gilberto Kassab.

Fraga se reuniu, ainda, com o ex-ministro do Turismo, Henrique Eduardo Alves. Durante a audiência, o presidente da AMM reivindicou o pagamento de obras de infraestrutura turística que estavam em andamento em municípios de várias regiões. O ministro solicitou para sua assessoria levantar a situação de cada município para informar a AMM. Neurilan estava acompanhado pelo senador Wellington Fagundes e pelos prefeitos de Santa Rita do Trivelato, Hugo Garcia Sobrinho, e de Aripuanã, Ednilson Faíta.

# Arrocho financeiro

AMM percorreu ministérios para reivindicar liberação de recursos para os municípios

Preocupada com o arrocho financeiro que afeta as prefeituras, a Associação Mato-grossense dos Municípios buscou alternativas para viabilizar a liberação de recursos federais com o objetivo de auxiliar os gestores municipais. O presidente da AMM, Neurilan Fraga, reuniu-se em

fevereiro de 2016 com três ministros para retomar a cobrança do repasse de recursos de emendas e restos a pagar.

Ao então ministro da Saúde, Marcelo Castro, foi solicitada a liberação de recursos oriundos de emendas parlamentares para aquisição de

# Liberação de convênios

AMM liderou prefeitos em reunião com ministro para reivindicar prorrogação de prazos e liberação de recursos

Um grupo de prefeitos de Mato Grosso, liderado pela Associação Mato-grossense dos Municípios, participou de uma reunião com o então ministro das Cidades, Gilberto Kassab, em Brasília, em maio de 2015, para solicitar a prorrogação de alguns prazos e liberação de recursos de convênios, que estavam em atraso.

51 municípios de Mato Grosso elaboraram projetos de pavimentação pelo PAC-2 e enviaram para a Caixa Econômica, mas as prefeituras tiveram problemas com os prazos concedidos pelo governo federal, considerados muito curtos. Os projetos totalizaram um total de R\$ 110 milhões.

O presidente da AMM, Neurilan Fraga, pediu que o ministro verificasse a possibilidade de abrir um prazo de no mínimo 45 dias para a Caixa validar os projetos e os municípios sanarem as pendências. Com relação aos restos a pagar das emendas parlamentares, cujo prazo para a primeira medição se encerraria em 10 de junho de 2015, foi pedida a prorrogação de dois meses para dar tempo dos ministérios depositarem o dinheiro na conta do convênio e a Caixa dar ordem de serviço.

Os prefeitos justificaram que, como os ministérios não estavam depositando em tempo hábil, era preciso a prorrogação.



**Gestores se reuniram com o ministro Gilberto Kassab durante mobilização nacional**

rogação. A AMM entregou relação de todos os ministérios que estavam nessas condições e o ministro assumiu o compromisso de falar com a então presidente para fazer a prorrogação de todos os restos a pagar.

O presidente da AMM se reuniu novamente com o ex-ministro Gilberto Kassab, em julho de 2015, para tratar de restos a pagar de 2013 e 2014, inerentes a emendas parlamentares. Fraga informou ao ministro que os municípios mato-grossenses corriam o risco de perder cerca de R\$ 80 milhões destinados à infraestrutura urbana.





# Demandas no STF

Fotos: Agência CNM

## Dirigentes apresentaram pauta municipalista no Supremo Tribunal Federal

Dirigentes municipalistas participaram em março de 2016 de visita aos gabinetes do então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, e do ministro Gilmar Mendes. O grupo contava com representantes da Confederação Nacional dos Municípios e da AMM. Os encontros tiveram como pauta a discussão de temas relevantes para o movimento municipalista e o convite aos magistrados para a XIX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, realizada em maio de 2016.

Um tema de extrema importância para o movimento municipalista abordado foi a legitimidade das associações e representações dos municípios. Durante a audiência com o relator do recurso, ministro Gilmar Mendes, a CNM explanou a difícil situação vivenciada pelos entes e a importância das entidades municipalistas para o desenvolvimento dos municípios.

O presidente da AMM, Neurilan Fraga, lembrou que a ação judicial

cria muitas dificuldades para os municípios e entende como necessário chamar a atenção do Judiciário para a relevância das entidades representativas.

A comitiva da CNM também foi recebida pela assessoria do presidente do Supremo, Ricardo Lewandowski. Na ocasião, a entidade solicitou uma reunião com o ministro para aprofundar a pauta municipalista no Judiciário. Entre elas, a formalização do convite para a participação de um painel na XIX Marcha e a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) relativa à divisão dos royalties.

Matérias municipalistas - Em setembro de 2016 o presidente da AMM voltou a se reunir com o ministro Gilmar Mendes para discutir matérias municipalistas que aguardam julgamento no Supremo Tribunal Federal. O encontro contou também com a participação do senador Wellington Fagundes e de representantes da diretoria da CNM.

Um dos assuntos tratados foi a flexibilização da Lei de Responsabilidade Fiscal, visando garantir mais condições de governabilidade para



os municípios. O presidente da AMM ponderou que a crise econômica estava dificultando o equilíbrio financeiro dos cofres municipais, com risco de comprometer o encerramento do mandato.

As lideranças municipalistas também apresentaram ao ministro Gilmar Mendes a necessidade de votação da Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) relativa à divisão dos royalties do petróleo. Foram também tratados outros temas que aguardam julgamento no STF, como a legitimidade das associações de municípios representarem os prefeitos na proposição de Ações Diretas de Inconstitucionalidade.





Presidente da AMM alertou para as dificuldades enfrentadas pelos municípios

# Apoio governamental

Saúde, transporte escolar e segurança pública foram algumas demandas apresentadas ao governo do estado

A diretoria da Associação Mato-grossense dos Municípios e prefeitos de diferentes regiões do estado se reuniram com o governador Pedro Taques, em março de 2016, no auditório Clóvis Vettorato, no Palácio Paiaguás, para apresentar as demandas nas áreas de saúde, educação, infraestrutura e meio ambiente. Participaram da reunião o presidente da AMM, Neurilan Fraga, o secretário-chefe da Casa Civil, Paulo Taques, a secretária adjunta de Relações Públicas, Paola Reis, e o secretário-chefe de Gabinete, José Arlindo.

O objetivo foi buscar soluções conjuntas para as dificuldades enfrentadas pelos municípios, devido à crise financeira que se instalou no país. Entre as demandas elencadas pelos prefeitos, Fraga destacou que alguns municípios registraram atrasos nos repasses da saúde, prejudicando o atendimento à população. Foi destacada a necessidade de uma ação urgente para equipar os hospitais municipais, a fim de diminuir o deslocamento de pacientes para a capital do estado.

Em relação ao transporte esco-



Prefeitos reivindicaram apoio do governo para atender a população

lar, o presidente reforçou a proposta discutida pela comissão estadual de compensação do baixo valor repassado às prefeituras por quilômetro rodado com óleo diesel. Foi solicitado, ainda, um reforço na segurança pública nos municípios que possuem pouco ou nenhum contingente policial.

O fortalecimento dos consórcios intermunicipais, o acesso à informação sobre a arrecadação e fundos na Secretaria de Estado de Fazenda e o convênio para a criação da Central de Projetos do Estado foram outras demandas apresentadas.

O governador Pedro Taques convidou os 141 prefeitos do estado para uma reunião com ele e todos os secretários de estado, ainda em março, onde os assuntos seriam novamente discutidos. Taques também sugeriu a realização de reuniões semestrais entre secretários e prefeitos, por região, para atendimento das demandas municipalistas.



Governador e equipe ouviram dos prefeitos as demandas prioritárias



# Fórum Permanente do Centro-Oeste

Uma das deliberações do I Encontro das Associações Estaduais de Municípios, realizado em maio de 2015, em Goiânia, foi a criação do Fórum Permanente do Centro-Oeste, Tocantins e Rondônia, integrado pelas entidades municipalistas dos estados. O objetivo é a troca de experiências e conhecimento técnico, a realização de estudos e pesquisas, além da discussão de temas regionais, comuns aos municípios, visando o fortalecimento do movimento municipalista. A criação do Fórum consta na Carta divulgada durante o evento, que contou com a participação do presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios, Neurilan Fraga, além de dirigentes das demais entidades municipalistas. O encontro foi considerado importante para discutir os gargalos da região.



## Projetos para Mato Grosso



Projetos que estão sendo desenvolvidos em Mato Grosso foram tratados com o ex-ministro da Pesca e Aquicultura, Helder Barbalho, em junho de 2015. Um deles na região do Médio Norte do Estado, que prevê investimentos na ordem de R\$ 16,5 milhões e com perspectiva de beneficiar mais de 300 famílias. A expectativa é que o projeto atenda 15 cidades, com a instalação de uma unidade de beneficiamento de pescado, além da construção de um laboratório de produção de alevinos na região. O presidente da AMM pediu ao ministro a celeridade na aprovação de projetos como também das emendas pendentes relacionadas aos municípios, que estão no ministério. Barbalho garantiu rever as emendas pendentes e os projetos que estão no ministério. O senador Wellington Fagundes e o ex-prefeito Assis Raupp, de Colniza, também participaram da audiência.

## Recursos e convênios



Em audiência com o governador Pedro Taques, no Palácio Paiaguás, em abril de 2015, foram tratados vários assuntos, entre eles, a liberação de recursos e de convênios empenhados entre os municípios e o Governo do Estado. Os convênios eram relacionados às obras iniciadas e que foram paralisadas por conta do decreto do governo estadual, que suspendeu os pagamentos por três meses de todas as despesas pendentes. Na ocasião, o presidente da AMM manifestou ao governador a necessidade de um convênio para estruturar a Central de Projetos, que atende os municípios mato-grossenses. Os planos municipais de saneamento básico e de resíduos sólidos também integraram a pauta da reunião.

Foto: Gomy/MT



# Demandas da saúde

As principais dificuldades dos prefeitos para gerir a Saúde municipal foram apresentadas, em maio de 2015, ao então secretário de estado de Saúde, Marco Bertúlio, que realizou um atendimento a gestores na sede da Associação Mato-grossense dos Municípios. A agenda com os prefeitos foi articulada pela AMM, visando facilitar o acesso dos gestores ao titular da pasta estadual. Prefeitos e secretários municipais de Saúde foram atendidos, conforme agendamento prévio. Entre as principais demandas do setor estavam ambulâncias, regulação de vagas de média e alta complexidade, exames, consultas, cirurgias, entre outras necessidades.



## Recursos para os municípios



## Repasse para a saúde

Prefeitos da região Médio Norte se reuniram, em outubro de 2015, com o ex-secretário de estado de Saúde, Eduardo Bermudez, para tratar da situação dos hospitais de Diamantino e Nortelândia, que recebem recursos do governo estadual através do Consórcio de Saúde. Os hospitais atendem a população de 10 municípios da região e os repasses do governo estavam quatro meses atrasados. O então prefeito de Alto Paraguai, que presidia o Consórcio de Saúde, Adair Alves Moreira, explicou que a administração dos recursos para os hospitais é feita desde 2013 por meio do consórcio. Ele explicou que é o primeiro consórcio com essa atividade, mas com a menor renda per capita do estado.



Faltando pouco mais de dois meses para o encerramento do mandato, prefeitos se reuniram com o então secretário da Casa Civil, José Adolpho de Lima Avelino Vieira, que ocupava o cargo interinamente, para reivindicar repasse de recursos para os municípios atenderem setores essenciais. Uma das áreas mais afetadas era a Saúde, que já acumulava quatro meses de repasses atrasados para a atenção básica. O assunto foi tratado em outubro de 2016 durante reunião articulada pela AMM e contou com a participação de vários gestores. Os meses atrasados somavam cerca de R\$ 5 milhões, que estavam deixando de entrar nos cofres municipais, afetando o atendimento à população. O atraso no repasse do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, a compensação do Fundo Estadual de Transporte e Habitação – Fethab e a reposição aos cofres municipais dos gastos dos municípios com o transporte escolar de alunos do estado também integraram a pauta da reunião.





## Apoio parlamentar

A Associação Mato-grossense dos Municípios reuniu prefeitos e parlamentares federais, em maio de 2015, para debater a pauta de reivindicação municipalista e pedir apoio para a aprovação de projetos em tramitação no Congresso Nacional. Durante a reunião, realizada na Câmara Federal, foram apresentados aos congressistas

temas que causam impacto significativo na gestão municipal. O presidente da AMM, Neurilan Fraga, pediu empenho dos parlamentares na aprovação de matérias importantes, como o conjunto de projetos de lei que a Confederação Nacional dos Municípios enviaria ao Congresso Nacional.

## Fundo Estadual



A AMM requereu da Secretaria de Estado de Fazenda, no primeiro trimestre de 2015, o levantamento de toda a arrecadação do Fundo Estadual de Desenvolvimento Social de Mato Grosso – FUNEDS, criado em 2010 e extinto por meio de Ação Direta de Inconstitucionalidade, julgada pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso. O fundo foi criado através da Lei Estadual Nº 9.484 e regulamentado por meio do Decreto Estadual Nº

526/2011. A lei foi considerada inconstitucional porque viola a exigência de repasse de recursos aos municípios, considerando que parte da arrecadação que integra o Fundo é proveniente de receitas tributárias que deveriam ter sido repassadas às prefeituras. Somente no período de agosto de 2011 a junho de 2012 o valor arrecadado pelo Fundo corresponde a cerca de R\$ 51 milhões.

## Câmara técnica

Representantes de 30 municípios produtores de Mato Grosso se reuniram em março de 2016, na Associação Mato-grossense dos Municípios, para discutir a queda nos repasses do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Durante a reunião foi criada uma câmara técnica, com a colaboração da AMM, para debater os assuntos e definir as providências a serem tomadas. O encontro também contou com a participação do então deputado estadual Zé Carlos do Pátio, que prometeu levar as discussões para a Assembleia Legislativa. A Associação disponibilizou o espaço e o apoio técnico necessário, de forma imparcial, para a condução dos trabalhos. O presidente da AMM lembrou que os municípios possuem dúvidas sobre a arrecadação do ICMS e encontram dificuldades em acessar os dados do Governo do Estado.





## AMM e TCE desenvolveram trabalho conjunto visando contribuir para uma gestão pública eficiente

Com a proposta de melhorar a qualidade da gestão pública e desenvolver um trabalho integrado para orientar os municípios, a AMM e o Tribunal de Contas fortaleceram a parceria nos últimos dois anos. A aprovação da maioria das contas de governo e de gestão dos municípios julgadas pelo Tribunal de Contas em 2015 é um dos reflexos dessa integração.

A Associação acompanhou o julgamento e orientou os municípios na defesa e nos apontamentos referentes a eventuais falhas técnicas. O objetivo foi ajudar a prefeitura a sanar as pendências para evitar penalidades devido a erros administrativos ou contábeis. O acompanhamento foi feito pela coordenadora de Relações Institucionais, Lieda Rezende Brito.

O presidente da AMM, Neurilan Fraga, manteve um diálogo constante com os conselheiros para ampliar



AMM e TCE ampliaram o diálogo sobre questões municipalistas

**A AMM passou a integrar grupo de estudos do TCE, criado para a revisão de multas aplicadas aos gestores públicos**

a orientação aos municípios e reforçar o compromisso dos prefeitos em realizar uma administração responsável e transparente.

Em agosto de 2015 o plenário do Tribunal de Contas deu parecer favorável à consulta da Associação sobre a possibilidade de realizar pregões e registro de preços para eventual adesão das prefeituras. A medida visa auxiliar os municípios, principalmente os menores, na aquisição dos produtos com preços menores. O Sis-





tema de Registro de Preços é um conjunto de procedimentos formais que permitem a contratação de serviços e a compra de produtos por meio de uma única licitação, na modalidade concorrência.

A dificuldade dos municípios em enviar dados contábeis do sistema Aplic ao Tribunal de Contas de Mato Grosso foi um dos principais assuntos discutidos em janeiro de 2016 durante reunião entre o presidente Neurilan Fraga, o presidente do TCE, Antonio Joaquim, e prefeitos. A instabilidade da internet em algumas regiões, como o Araguaia, era um dos motivos que estava atrasando o envio dos dados para o TCE. Além disso, alguns municípios ainda têm dificuldade de operar o sistema para envio da prestação de contas.

Visando melhorar a qualidade da gestão pública municipal, a AMM assinou, em março de 2016, um termo de cooperação técnica com o Tribunal de Contas visando a consolidação do Sistema Integrado de Gestão Pública – Siga. O sistema foi desenvolvido pelo Tribunal para uniformizar a sistemática de gestão e encaminhamento de documentos que servem de base para a auditoria e julgamento das contas. Assinaram também o termo com o TCE a União das Câmaras Municipais de Mato Grosso e as prefeituras de Chapada dos Guimarães, Nossa Senhora do Livramento, Campo Verde e Primavera do Leste, que integram o projeto piloto.

A AMM passou a integrar, em 2016, o grupo de estudos do Tribunal de Contas de Mato Grosso criado para a revisão de multas aplicadas aos gestores públicos. O TCE consi-

## A orientação sobre a aplicação do Fethab também contou com o apoio do Tribunal

derou pedido da AMM de revisão das multas aplicadas aos gestores municipais, referentes à inadimplência ou irregularidades graves ou moderadas, reincidência, constatação e outras modalidades que são calculadas em valores pela UPF. A Associação pediu ao Tribunal de Contas a realização de estudos de revisão, agrupamento, isenção, prescrição e até perdão de algumas multas.

### Fethab

A orientação sobre a aplicação do Fethab também contou com o apoio do Tribunal. Em abril de 2015, quando os municípios começaram a receber o repasse do Fundo, a AMM lançou uma cartilha para esclarecer sobre o correto investimento dos recursos. As diretrizes foram discutidas com o TCE. O Tribunal também foi parceiro na capacitação dos servidores municipais, em eventos técnicos realizados pela Associação.

Em resposta a uma consulta realizada pela AMM, o Tribunal avaliou, em janeiro de 2016, que os recursos do Fethab podem ser aplicados pelas prefeituras em obras e serviços do sistema de transportes na área urbana. A possibilidade é prevista na legislação somente nos casos em

que a rodovia fazer parte do sistema de transportes do município, pois há o interesse social no transporte de pessoas e no escoamento da produção agropecuária. O questionamento foi feito no início de novembro de 2015, quando foi determinada a criação de uma comissão, sob coordenação do conselheiro José Carlos Novelli, para analisar o assunto.

### Aplic

A parceria entre as instituições também pode ser constatada por meio de outras medidas deliberadas, como a prorrogação do prazo para envio de informações do sistema Aplic. A pedido da AMM, o TCE prorrogou os prazos para envio dos dados, documentos e informes referentes à carga inicial e à carga mensal dos meses de janeiro a maio de 2015. A decisão foi unânime entre os conselheiros.

O Tribunal também decidiu prorrogar o envio dos informes do sistema Aplic das unidades gestoras municipais referentes ao período de dezembro de 2015 a março de 2016. Os novos prazos foram publicados no Diário Oficial de Contas em fevereiro de 2016. Em julho de 2016 foi publicada decisão administrativa nº10/2016 prorrogando novamente os prazos para envio dos informes das prefeituras. A AMM solicitou a dilação do prazo, tendo em vista as dificuldades relatadas pelos gestores para implantação das novas normas de contabilidade aplicada ao setor público brasileiro. Com a decisão do TCE, as administrações municipais tiveram mais tempo para enviar a carga referente ao mês de janeiro, fevereiro, março, abril e maio.





Parlamentares e prefeitos debateram prioridades para os municípios

# Apoio parlamentar

## AMM e Assembleia fortaleceram parceria para promover ações municipalistas

A participação do poder legislativo estadual foi muito importante na defesa institucional dos municípios mato-grossenses nos últimos dois anos. A Assembleia Legislativa participou de debates, implementou ações e atuou em parceria com a Associação Mato-grossense dos Municípios para garantir mais condições de governabilidade para os municípios.

Um grupo de prefeitos, liderados pela AMM, se reuniu na Assembleia Legislativa, em outubro de 2016, em busca de apoio para diversas pautas municipalistas. A principal preocupação dos gestores era com os repasses atrasados do governo do estado que, além de comprometer a prestação de serviços para os cidadãos, ameaçava prejudicar o fechamento das contas do mandato. Eles foram recebidos pelo presidente da Assembleia, Guilherme Maluf, e pelos deputados estaduais Max Russi e Ondanir Bortolini, Nininho. A sugestão do deputado Nininho foi de que as demandas fossem apresentadas ao colégio de líderes, a fim de mobilizar os parlamentares para que os prefeitos não fossem prejudicados na entrega dos seus mandatos por conta dos atrasos do governo do estado. O deputado Guilherme Maluf reco-

nheceu a gravidade da situação enfrentada pelos prefeitos, principalmente pelo final do mandato.

Parlamentares estaduais estiveram em maio de 2015 na sede da Associação para tratar de questões municipalistas. O grupo, composto pelo presidente da Assembleia Legislativa, Guilherme Maluf, e os deputados José Domingos e Leonardo Oliveira, foi recebido pelo presidente da AMM, Neurilan Fraga. O encontro foi acompanhado por prefeitos de diversas regiões do estado. Na ocasião, Maluf disse que a Assembleia iria se aproximar mais dos municípios e principalmente da AMM. Em relação ao Fundo de Transporte e Habitação - Fethab, Maluf



Recursos devolvidos pelo Legislativo possibilitaram a aquisição de ambulâncias





**Gestores buscaram apoio dos deputados para atendimento de demandas municipalistas**

disse que a AMM deveria estar inserida na comissão que estava discutindo a reformulação do Fethab.

Reforço para a saúde - Recursos devolvidos do Legislativo para o Executivo em

2015 possibilitaram a aquisição de ambulâncias, entregues a municípios mato-grossenses. A entrega do primeiro lote foi realizada na Arena Pantanal, em outubro de 2016. Os veículos foram adquiridos ao custo de R\$ 23 milhões, sendo R\$ 20 milhões devolvidos pela Assembleia Legislativa e outros R\$ 3 milhões como contrapartida do Executivo.

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Guilherme Maluf, destacou a preocupação com a qualidade da ambulância. Lembrou que os veículos são traçados e a diesel para suportar as adversidades dos municípios de Mato Grosso. Lembrou que a ambulância, pode, inclusive, ser convertida em Centro de Terapia Intensivo (CTI). “Os deputados querem sim fazer novas economias para ajudar os municípios que passam por dificuldades financeiras”, afirmou.







Prefeitos se reuniram com o presidente do Tribunal de Justiça para apresentar dificuldades

# Diálogo ampliado

**AMM fortaleceu parceria com o Tribunal de Justiça e Ministério Público para discutir a judicialização da saúde**

Para ampliar a orientação jurídica aos prefeitos sobre assuntos atinentes à gestão pública, a Associação Mato-grossense dos Municípios buscou consolidar o diálogo com o Tribunal de Justiça e o Ministério Público. A iniciativa teve como objetivo fortalecer a parceria com os municípios, costurar uma agenda de entendimento, executar serviços públicos com transparência e evitar erros na administração municipal.

A judicialização da saúde, que obriga os municípios a cumprir liminares para viabilizar acesso a medicamentos, cirurgias, UTIs, entre outras demandas, foi um dos principais assuntos tratados com as instituições, que foram importantes parceiras da AMM e dos prefeitos nos últimos dois anos. O tema foi discutido com o procurador-geral de Justiça, Paulo Prado, e com o presidente do Tribunal de Justiça, Paulo Cunha, em fevereiro de 2015, durante reuniões solicitadas pela diretoria da Associação.

Na ocasião, Paulo Prado propôs a realização de um encontro ampliado, com a participação dos prefeitos para debater o assunto, que é uma das principais preocupações dos gestores, considerando as dificuldades financeiras dos municípios.

Paulo Cunha colocou-se à disposição para as parcerias e reconheceu a representatividade da AMM. O magistrado informou que não estava satisfeito com a situação do estado em relação aos municípios.



Procurador-geral de Justiça sugeriu um amplo debate sobre a judicialização

O presidente da AMM, Neurilan Fraga, defendeu a participação da Secretaria de Estado de Saúde, Ministério Público e Defensoria Pública no debate para analisar se a competência para atendimento das demandas é do município ou do estado.

Fraga ressaltou que os municípios estavam sobrecarregados, e muitos estavam destinando até 27% do orçamento para garantir o atendimento à população. Ele defendeu a criação de um sistema de plantão direto com o estado, para que os pacientes sejam atendidos de forma digna e rápida.



# Suporte aos novos gestores

Convênio entre AMM e AMAM vai viabilizar capacitações jurídicas e administrativas para os municípios

A Associação Mato-grossense dos Municípios e a Associação Mato-grossense de Magistrados assinaram, em outubro de 2016, um termo de cooperação técnica para promover capacitações jurídicas e administrativas aos gestores e servidores públicos municipais. O objetivo é viabilizar um intercâmbio educativo nas áreas do Direito e da gestão pública entre as partes, em prol das administrações municipais. A solenidade contou com a presença de cerca de 30 prefeitos de diversas regiões do estado.



Parceria vai garantir orientação aos gestores e servidores municipais



O presidente da AMM, Neurilan Fraga, que assinou o termo representando os municípios, afirmou que esta é uma importante ação para preparar os novos gestores e técnicos para o momento de dificuldade econômica, política e moral que o país

enfrenta. Fraga também destacou que a Associação estreitou o relacionamento com os órgãos de controle, Assembleia Legislativa e outros poderes nos últimos dois anos, com o intuito de auxiliar os administradores durante o mandato.

O desembargador Marcos Machado foi uma das testemunhas da solenidade de assinatura do termo e agradeceu à coordenadora jurídica Débora Simone Faria pela compreensão da importância de prevenir alguns problemas jurídicos que são tratados pela sua coordenação, elevando o nível de capacitação dos servidores municipais.

As capacitações serão ofertadas aos municípios por meio da Escola de Magistratura Mato-grossense, que é vinculada à Amam. O diretor-geral Alex Nunes de Figueiredo explicou que a instituição possui uma gama de docentes capacitados na área jurídica. Ele também disse que, além dos cursos pré-formatados, a escola também pode elaborar capacitações de acordo com as necessidades das prefeituras.





## Descentralização ambiental

A parceria com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente tem o objetivo de apoiar os municípios na descentralização ambiental. Sema e municípios assinaram um Termo de Cooperação Técnica, em setembro de 2015, na AMM, durante o 32º Encontro de Prefeitos. A então secretária de estado de Meio Ambiente, Ana Luíza Ávila Peterlini, disse que por um ano o estado iria continuar fazendo o licenciamento ambiental de competência dos municípios. Segundo a secretária, nesse período as prefeituras deveriam se organizar para o trabalho. Ela ressaltou que era necessária a estruturação do conselho municipal de meio ambiente, fundo municipal, entre outras providências.

## Apoio aos profissionais da Saúde



Noventa e nove municípios mato-grossenses assinaram, em maio de 2015, durante o “Encontro Telessaúde Mato Grosso: ampliando a difusão do conhecimento”, o termo de doação e compromisso para recebimento dos computadores do Telessaúde. Os equipamentos servirão para operacionalização do programa, que visa dar mais suporte especializado online aos profissionais da atenção básica em saúde. O encontro ocorreu na AMM e contou com a participação de prefeitos, secretários municipais e autoridades no assunto. O Telessaúde é uma ação nacional, do Ministério da Saúde, que busca melhorar a qualidade do atendimento e da atenção básica no Sistema Único de Saúde (SUS).

## Integração Digital

Através de Termo de Cooperação, o Tribunal Regional do Trabalho efetivou a doação de material audiovisual, como CDs e DVDs para os municípios. O então presidente do TRT, desembargador Edson Bueno, disse que o Tribunal pretende fortalecer a aliança com os prefeitos para introduzir a concessão de computadores para os gestores fazerem a integração digital dos filhos de famílias de baixa renda. O Termo foi assinado durante o 32º Encontro de Prefeitos Mato-grossenses, em setembro de 2015. O presidente Neurilan Fraga disse que é preciso, cada vez mais, fortalecer as relações com os órgãos governamentais, poderes constituídos, para desenvolver e consolidar um trabalho que vai beneficiar toda a comunidade.





# Oficina de assistência técnica

Os secretários e gerentes de convênios dos municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Rio Cuiabá participaram, em julho de 2015, na AMM, da oficina de assistência técnica promovida pela Associação Mato-grossense dos Municípios e Caixa Econômica Federal. O objetivo da ação foi capacitar os profissionais das prefeituras que atuam nos contratos, convênios e execução de obras para agilizar os processos e evitar perdas de recursos. Representantes dos municípios que integram os demais consórcios participaram da capacitação de julho a outubro. As oficinas foram possibilitadas por meio de um acordo de cooperação técnica firmado entre a AMM e a Caixa Econômica.



## Unidos contra o Aedes aegypti

Os prefeitos mato-grossenses assinaram, em janeiro de 2016, um termo de compromisso com o Governo do Estado, nas ações do Plano Emergencial de Controle da Dengue, Chikungunya, Zika vírus e assistência à gestante e criança com microcefalia de Mato Grosso. Mais de 100 prefeitos participaram da solenidade, que ocorreu no Cenarium Rural, em Cuiabá. Na ocasião, o governo também anunciou o repasse de R\$ 20 milhões aos municípios para intensificar as ações de prevenção e combate ao Aedes aegypti. O presidente da AMM, Neurilan Fraga, assinou o termo de compromisso em representação aos 141 municípios do estado. Ele reconheceu o importante trabalho dos agentes comunitários de saúde e de combate a endemias.



## Controle e transparência

A Associação Mato-grossense dos Municípios e a Controladoria Geral da União mantêm uma parceria que gera bons resultados para os gestores municipais. Em julho de 2016 o então chefe da Controladoria Regional da União em Mato Grosso, Sergio Akatugawa, visitou a Associação e agradeceu o apoio recebido da instituição municipalista. A CGU é considerada de grande importância para Mato Grosso, devido a sua atuação na instância de auditoria no Poder Executivo Federal. A AMM reconhece a atuação da CGU em Mato Grosso. Entre as atividades estão o Controle, Correição, Ouvidoria, Transparência, Combate e Prevenção à Corrupção.





Foto: Sord/MT

## Saneamento básico

Em janeiro de 2016, a Coordenação de Articulação e Apoio ao Desenvolvimento Regional da AMM se reuniu com a UFMT e Funasa para dar prosseguimento às ações de elaboração do Plano de Saneamento Básico. Na oportunidade foi feito o nivelamento das informações sobre o que já tinha sido realizado em 2015 e apresentado o cronograma de atividades para 2016. Em 2015 todas as regiões que incluíam os municípios contemplados com o Plano (106 cidades) receberam as capacitações e orientações para efetiva legalidade da execução do plano. O representante da AMM na reunião, José Antonio Pinheiro, assegurou o compromisso da instituição em apoiar as ações, desde a orientação sobre as capacitações até a efetiva mobilização dos atores locais para a elaboração dos Planos.

## Apoio à sustentabilidade



A Associação Mato-grossense dos Municípios e o Instituto Brasileiro de Administração Municipal assinaram um Termo de Cooperação Técnica, em 2016, reafirmando a parceria entre as instituições em prol dos municípios do estado. Além de dar continuidade às capacitações técnicas e assessorias, o Ibam manteve um representante fixo na sede da AMM para atender os representantes das prefeituras. O objetivo é unir esforços para o desenvolvimento de ações que irão melhorar a gestão municipal, principalmente em relação às questões ambientais. O termo de cooperação prevê a realização de capacitações para os servidores das prefeituras e técnicos da Associação em Gestão Ambiental, orientação técnica e jurídica aos governos municipais, disponibilização de acervo com mais de 29 mil pareceres, participação dos municípios na Premiação de Boas Práticas de Gestão Ambiental, além de apoio para a Descentralização do Licenciamento Ambiental.



Foto: José Pettenig/Secom-MT

## Comitê do Programa Cultivando Água Boa

A AMM passou a integrar o comitê gestor para implantação do Programa Cultivando Água Boa, da empresa Itaipu Binacional, em Mato Grosso. O objetivo é definir estratégias para o uso racional e sustentável da água, com o propósito de evitar uma possível crise de abastecimento no estado. Em março de 2016, o comitê foi até Foz do Iguaçu - PR para participar do 13º Encontro CAB – Celebrando o Prêmio ONU-Água e conhecer melhor a iniciativa. Os encontros do Cultivando Água Boa acontecem anualmente e reúnem os parceiros, lideranças e comunidades para discutir e planejar ações, e avaliar resultados. A instituição é representada no comitê pela Coordenação de Articulação e Apoio ao Desenvolvimento Regional.



# Diagnóstico socioeconômico

O termo formalizado entre a Associação Mato-grossense dos Municípios e a Universidade Federal de Mato Grosso, em setembro de 2015, visa a realização de um diagnóstico socioeconômico dos municípios. A intenção é criar um banco de dados atualizado e dinâmico, com informações econômicas, sociais, ambientais e de outras áreas sobre os municípios. A ex-reitora da UFMT, Maria Lúcia Cavalli Neder, disse que a universidade tem responsabilidade com o desenvolvimento do estado. Ela citou algumas ações, como os planos municipais de saneamento básico, formação de pessoas, trabalho técnico, entre outros. O Termo foi assinado durante o 32º Encontro de Prefeitos Mato-grossenses.



## Portal Transparência

Municípios assinaram Termo de Ajustamento de Gestão (TAG) com o Tribunal de Contas em abril de 2016 para implantar Portais Transparência. O TCE formalizou acordo com 22 prefeituras e 22 Câmaras Municipais. A Associação Mato-grossense dos Municípios mobilizou as prefeituras para a formalização do TAG. Ao todo foram assinados 44 Termos de Ajustamento de Gestão e um Termo de Compromisso do TCE junto ao Ministério Público de Contas, que também terá de fazer ajustes no Portal Transparência. Neste caso, o MPC fará o acompanhamento das ações do Tribunal. O TCE também assinou termos de cooperação com quatro Observatórios Sociais das cidades de Cuiabá, Cáceres, Rondonópolis e Sorriso.

## Parceria contra a crise

O presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios, Neurilan Fraga, recebeu o presidente da Federação das Associações Comerciais de Mato Grosso (Facmat), Jonas Alves, e o diretor regional dos Correios, Edilson Francisco, em março de 2016. Durante o encontro, os representantes das instituições discutiram o apoio da AMM para viabilizar parcerias com as prefeituras para que não fosse necessário fechar postos de atendimento. Fraga pediu a realização de um mapeamento dos municípios que poderiam ter o atendimento comprometido, para que fosse aberto um diálogo junto aos prefeitos sobre formas de diminuir o custo operacional. Ele destacou a importância dos serviços para a população.

## Cooperação técnica

A Associação Mato-grossense dos Municípios assinou um Termo de Cooperação Técnica com o Instituto de Pesquisa Jurídicas e Sociais (IPJUS) e o Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP). A parceria vai definir iniciativas que possam ser difundidas nos 141 municípios de Mato Grosso. O projeto está baseado em eixos de atuação voltados para a capacitação de funcionários municipais e da própria AMM. Formalizada em Brasília, em fevereiro de 2016, a parceria também prevê ações em assistência técnica (prestação de contas, elaboração e gestão de projetos) e compartilhamento de boas práticas. A cooperação vai contribuir para a melhoria da captação de recursos e diminuir um pouco a dependência que os municípios têm dos repasses do governo federal.



# Redesim em Mato Grosso



A implantação da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – Redesim em Mato Grosso foi discutida em uma reunião na AMM, em março de 2016. A iniciativa visa facilitar a abertura e encerramento de empresas por meio da integração dos órgãos de registro. Entre as principais vantagens da adesão à Redesim, estão as seguintes: desburocratização na abertura e encerramento de empresas, redução de custos para empresários e prefeitura, incremento da arrecadação municipal, considerando que as prefeituras terão um controle sobre o mapa empresarial, entre outras. A reunião contou com a participação do presidente da AMM, Neurilan Fraga, do secretário adjunto de Empreendedorismo e Investimento da Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Sedec, Leopoldo Mendonça, e da presidente da Junta Comercial de Mato Grosso – Jucemat, Gercimira Ramos Moreira Rezende, entre outros.

## Planos de saneamento básico



## Combate às drogas

A Associação Mato-grossense dos Municípios, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso e a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos assinaram um Termo de Cooperação para o fortalecimento das políticas sobre drogas em todo o estado. O termo de número 2/2016 foi assinado em maio de 2016, durante o encerramento do Fórum Políticas Sobre Drogas – Diálogos e Ações. O objetivo é garantir as condições necessárias para implantação dos conselhos e fundos municipais, nos 141 municípios. A AMM foi representada na solenidade pela ex-prefeita de Lambari D'Oeste, Maria Manea da Cruz. Ela destacou que o tráfico de drogas tem sido um grande problema de segurança, principalmente nos municípios próximos à fronteira do Brasil.

O andamento dos Planos de Saneamento Básico para os municípios e o cronograma de visita às regiões foram tratados em reunião na AMM com a participação do superintendente da Fundação Nacional de Saúde - Funasa, Francisco Holanildo, em julho de 2016. Desde 2015, os prefeitos foram orientados sobre a necessidade de criação dos comitês coordenador e executivo, para atuar em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso na elaboração dos planos, sem os quais os municípios não poderão receber recursos públicos para investimentos no setor de saneamento básico, fundamental para o controle e prevenção de doenças.



# Comissão europeia

A Associação Mato-grossense dos Municípios participou da seleção promovida pela Comissão Europeia que vai financiar projetos que promovam a capacitação da gestão municipal. Os projetos aprovados poderão receber de 500 mil a um milhão de euros, que deverão ser investidos em ações de fortalecimento dos municípios mais carentes. Equipe técnica, representada pela coordenadora Administrativa e Financeira, Aparecida Chiodi, e pelo coordenador de Articulação e Apoio ao Desenvolvimento Regional, José Antonio Pinheiro, participou em abril de 2016, em Brasília, da segunda etapa do processo de seleção da instituição que receberá os recursos. A AMM foi a única instituição municipalista estadual que participou da seleção, que também contou com mais três entidades, entre elas a Confederação Nacional dos Municípios - CNM e Frente Nacional dos Prefeitos - FNP.



## Gestão mais eficiente

Em fevereiro de 2016, o presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios, Neurilan Fraga, se reuniu com o conselheiro substituto do Tribunal de Contas do Estado, Moises Maciel, para discutir ações em benefício da gestão pública municipal. O convite para a reunião partiu do conselheiro, que assumiu a coordenação da Rede de Controle do Estado, com o intuito de conhecer as principais dificuldades dos gestores em relação aos órgãos de controle. A Rede é formada por instituições de fiscalização e controle das esferas estadual e federal, com objetivo de promover intercâmbio de informações, articulação com setores do controle social e ações preventivas no combate à corrupção e na melhoria da eficiência das políticas públicas.





Presidente da AMM destacou que é necessária a união entre os entes federados para superar as dificuldades



# Crise econômica

## 32º Encontro de Prefeitos debateu os efeitos da estagnação nos municípios

O reflexo da crise econômica nos municípios foi um dos principais temas debatidos no 32º Encontro de Prefeitos, realizado em setembro de 2015, na Associação Mato-grossense dos Municípios. O presidente da AMM, Neuri-lan Fraga, destacou que é necessária a união entre os entes federados para superar as dificuldades e citou algumas prioridades, como o repasse do Fundo de Apoio às Exportações – FEX, dos restos a pagar, cuja transferência é considerada essencial para finalizar obras em várias cidades, a complementação do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, além de correções nas transferências para custeio do transporte escolar, entre outras pautas.

O governador Pedro Taques participou do evento e criticou a divisão do bolo tributário, onde as prefeituras ficam com a menor parte dos recursos e a maior parte das atribuições. Ele lembrou que na Alemanha, que também é uma federação, 50% dos tributos arrecadados vão para os municípios e isso repercute nos serviços de Segurança, Saúde, Educação e Infraestrutura.

Sobre as mudanças no Fethab, Taques prometeu que o novo modelo não reduziria o montante repassado aos municípios. O gestor ainda afirmou que o governo estava aberto às sugestões dos prefeitos.

O ex-ministro de Cidades, Gilberto Kassab, falou por telefone com os participantes do encontro. Ele ressaltou que o Ministério das Cidades está aberto para desenvolver parcerias com os municípios, principalmente no campo da infraestrutura.

**Prefeitos participaram amplamente das discussões**



O presidente da Assembleia Legislativa, Guilherme Maluf, disse que para enfrentar a crise é preciso criatividade e união. O conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso, Antonio Joaquim, avaliou que em uma situação de crise não há saída se não houver responsabilidade política, com postura de enfrentamento do problema, colocando o interesse público acima de qualquer outro.

A assinatura de Termos de Cooperação Técnica com a Universidade Federal de Mato Grosso, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Tribunal Regional do Trabalho também integrou a programação do Encontro.





# Encerramento de mandato

## 33º Encontro de Prefeitos teve como tema os desafios do último ano de mandato

Prefeitos de várias regiões participaram em março de 2016 do 33º Encontro de Prefeitos Mato-grossenses, promovido pela Associação Mato-grossense dos Municípios, na sede da instituição. Os desafios do último ano de mandato, como a redução de recursos e o aumento de responsabilidades, foram o principal tema do encontro.

Entre os principais desafios de 2016 estava o de fechar as contas e cumprir as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina, por exemplo, que não se pode deixar restos a pagar para o próximo exercício, sem que haja dinheiro em caixa para efetuar o pagamento. A dificuldade foi ainda maior devido à crise econômica que afeta o país e, sobretudo, as administrações municipais, que já vêm sofrendo já alguns anos, e de forma mais acentuada, desde 2015.

O presidente da AMM, Neurilan Fraga, destacou os reflexos da crise nos municípios e a necessidade de mobilização dos prefeitos para assegurar o repasse de recursos. Fraga salientou que estava previsto o pagamento do FEX 2015 em abril, conforme anunciado pelo então ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, no Senado, além do repasse do FEX de 2016 no segundo semestre do ano. Ele pediu à bancada federal que se mobilizasse

junto ao governo para assegurar que o compromisso seja cumprido.

O presidente da Assembleia Legislativa, Guilherme Maluf, disse que em momentos de crise é importante que as ações sejam norteadas pela união e inovação. Ele anunciou que a Assembleia tinha o objetivo de fazer investimentos nos municípios de cerca de R\$ 40 milhões a R\$ 50 milhões que seriam aplicados em capacitação, equipamentos, entre outras áreas.

O presidente do Tribunal de Contas de Mato Grosso, Antonio Joaquim, destacou que o TCE iria ajudar os gestores municipais a executarem políticas públicas. Ele lembrou também a consolidação do Sistema Integrado de Gestão Pública – Siga, que tem a proposta de melhorar a qualidade da gestão pública municipal. O sistema é desenvolvido pelo Tribunal para uniformizar a sistemática de gestão e encaminhamento de documentos que servem de base para a auditoria e julgamento das contas.

Participaram também da abertura do evento os deputados Max Russi, Ondanir Bortolini, o diretor dos Correios, Edilson Francisco, entre outros. A programação do Encontro de Prefeitos também debateu os seguintes assuntos: A Implantação da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – Redesim; o Plano Municipal de Saneamento Básico; Programa de incrementos da receita própria, entre outros assuntos.

**AMM destacou a necessidade de mobilização para assegurar repasse de recursos**





# Encontro jurídico



**Assessores jurídicos participaram de uma ampla programação durante o evento**

**A orientação aos técnicos das prefeituras é uma das prioridades da AMM**

Temas de grande importância para os municípios estiveram em debate, em junho de 2015, durante o I Encontro dos Assessores Jurídicos Municipais. O evento contou com a presença de representantes das prefeituras, que participaram de uma ampla programação sobre assuntos pertinentes à gestão municipal. O encontro foi realizado pela Coordenadoria Jurídica e apresentou painéis sobre a Judicialização da Saúde em Mato Grosso, Ações do Tribunal de Justiça através da Comissão Estadual sobre Drogas Ilícitas, além da apresentação das ações jurídicas da Associação e mesa de debates e orientações.

O presidente da AMM, Neurilan Fraga, destacou que a saúde é um dos principais problemas dos gestores, considerando a carga de atribuição incompatível com os recursos recebidos para atender a demanda. Fraga salientou que a judicialização onera os cofres das prefeituras, considerando que o atendimento hospitalar, via liminar, tem um custo muito alto.

O painel sobre Judicialização da Saúde reuniu representantes do Tribunal de Justiça, Ministério Público e Defensoria Pública para debater as competências de cada ente envolvido no assunto. O tema integrou a programação do evento devido ao grande número de processos judiciais que os municípios têm sofrido para atendimento de saúde de média e alta complexidade.

A coordenadora jurídica da AMM, Débora Simone Farias, mediadora do painel, salientou que os municípios não desejam deixar de aplicar em Saúde e que a área continua sendo prioridade para os gestores. Para a advogada, a urgência é que se dê clareza às competências de cada ente e que essa divisão seja feita nas ações do judiciário.

Durante o encontro foi proposta a criação de uma comissão técnica com a participação de assessores jurídicos de diferentes regiões para tratar dos casos de judicialização da saúde que vêm ocorrendo, quando os prefeitos são notificados para arcar com os custos de tratamentos dentro ou fora do município.

O painel Ações do Tribunal de Justiça através da Comissão Especial sobre Drogas Ilícitas e a proposição de Planos Municipais de Combate às Drogas contou com a participação do desembargador Marcos Machado. O magistrado, que é coordenador da comissão, disse que existe um grande problema social causado pela dependência química. Ele ressaltou que é necessário construir políticas claras de combate às drogas.

O objetivo do encontro foi promover o diálogo e a troca de experiências, buscando soluções e alternativas que contribuam com a administração municipal. A orientação dos servidores das prefeituras é uma das prioridades da instituição, que investe na preparação e atualização das equipes técnicas visando tornar a gestão municipal cada vez mais eficiente.



# Incremento de receitas municipais

Capacitação possibilitou a atualização dos servidores sobre práticas de administração tributária

As possibilidades de incremento das receitas municipais foram apresentadas no curso “As receitas próprias e a arrecadação municipal – como aumentar as receitas próprias”. A capacitação foi realizada em outubro de 2015, na AMM. O objetivo foi possibilitar a atualização profissional dos servidores municipais sobre as práticas de administração tributária e fomentar a arrecadação municipal dentro das regras legais.

O instrutor foi o consultor tributário sênior, Luiz Antônio Ribeiro. O consultor afirmou que para enfrentar o momento de crise econômica, política e moral pelo qual passa o Brasil, os gestores devem adotar posturas mais dinâmicas e inovadoras. Ele disse que criar novos tributos não

resolve a situação, é preciso que a prefeitura trabalhe adequadamente com as possibilidades já existentes.

O Imposto Territorial Rural – ITR também foi abordado durante a capacitação. Foram explanados assuntos referentes à municipalização da cobrança, lançamento e fiscalização do Imposto. A mesa redonda que tratou do assunto contou com a participação da consultora da Confederação Nacional dos Municípios, Fabiana Santana, e os fiscais que integram o grupo de trabalho do ITR, Edigar Cavalcante Lagoa, Analucia Ramos dos Santos, Babieri Pere Pelissari e Franciele Pereira Joaquim.



Curso apontou caminhos para os municípios ampliarem as receitas próprias

Na ocasião, a representante da CNM alertou os participantes para o cumprimento integral dos requisitos estabelecidos pelo convênio com a Receita Federal, para não correr o risco de ter o convênio denunciado.

A coordenadora da AMM, Aparecida Chiodi e o ex-coordenador Renaldo Loffi, representaram a instituição no curso e enfatizaram a importância da capacitação, que apontou caminhos para os municípios ampliarem as receitas próprias.

# Mudanças na contabilidade pública

Alterações já estão em vigor e os municípios que não se adequarem poderão ter suas contas reprovadas

As mudanças introduzidas pela Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público foram debatidas em um curso realizado pela Associação Mato-grossense dos Municípios. A capacitação foi realizada em agosto de 2015, com carga horária de 16 horas. Cerca de 230 servidores municipais participaram do curso, destinado a contadores públicos e técnicos do Sistema Aplic das prefeituras.

A Nova Contabilidade é considerada mais um desafio que deve ser superado pelas administrações municipais. As mudanças já estão em vigor e os municípios que não se adequarem poderão ter suas contas reprovadas pelo Tribunal de Contas.

Entre as principais alterações que constam no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), destacam-se as seguintes: adoção de um plano de contas



Capacitação reuniu servidores de vários municípios mato-grossenses

único para União, estados e municípios; novos demonstrativos contábeis; adoção de novos procedimentos, tais como depreciação, amortização, provisões, implantação de sistema de custos, entre outros.

O curso foi ministrado pelo mestre em Contabilidade, João Eudes Bezerra Filho, que é membro do grupo de estudos elaborador das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – CFC. A capacitação é realizada pela AMM em parceria com uma empresa de tecnologia.





# Desenvolvimento econômico

AMM se empenhou para resgatar os consórcios, que possibilitam o desenvolvimento regional sustentável de forma mais ágil

A importância dos consórcios intermunicipais de desenvolvimento econômico para o combate das desigualdades regionais foi enfatizada na abertura do seminário Ações práticas para o fortalecimento dos consórcios, realizado pela Associação Mato-grossense dos Municípios, em julho de 2015. O evento teve uma ampla programação e contou com a participação de prefeitos e secretários executivos de consórcios.

O presidente da AMM, Neurilan Fraga, disse que a instituição está empenhada em resgatar os consórcios, que possibilitam o desenvolvimento regional sustentável de forma mais ágil. Fraga, que participou do processo de criação dos 15 consórcios mato-grossenses quando integrava a equipe do governo do estado, lembrou que as reuniões contavam com a participação de pelo menos um secretário estadual. A intenção é dar continuidade a essa prática para ampliar o debate sobre as questões regionais.

O secretário de Articulação e Desenvolvimento Regional, Eduardo Moura, confirmou o interesse do governo do estado em participar do trabalho e ser parceiro da Associação. Ele disse que a reativação dos consórcios é um interesse comum entre a AMM e governo.



**Prefeitos e secretários executivos debateram ações práticas para desenvolver consórcios**

O secretário de Relações Institucionais da Subchefia de Assuntos Federativos da Presidência da República, Helder Jordão, também ressaltou que os consórcios são importantes aliados dos municípios, principalmente em áreas onde os entes federados não têm condições de atuar sozinhos.

O seminário foi realizado pela AMM, por meio da Coordenação de Desenvolvimento Regional da instituição. O coordenador Renaldo Loffi salientou a importância da presença dos prefeitos e secretários executivos no evento.

## **Programação**

O seminário contou com uma ampla programação, que incluiu a apresentação dos seguintes temas: Ações práticas para Fortalecimento

dos Consórcios; Experiência dos Consórcios de Minas Gerais; Exposição de "Case Exitoso" das Ações dos Secretários Executivos de Consórcios de Minas Gerais; O olhar federativo sobre a importância dos Consórcios, Desenvolvimento Regional do Estado de Mato Grosso; Apresentação e Abordagem da Importância do PMMS; Ações para acesso ao SIM /SUSAF;

Apresentação de Metodologia e Financiamento para elaboração de Planos Municipais de Saneamento em Mato Grosso; Apresentação do Plano SAFRA e Agenda de visitas nos Consórcios para ação com os Produtores; Apresentação e Assinatura Simbólica do Termo de Cooperação Técnica para Regularização Fundiária; Caixa Econômica Federal – Projeto de Oficina e Assistência Técnica com os Consórcios – 2015; Programa Prefeito Empreendedor do SEBRAE; Atividades do CGU em apoio aos Municípios de Mato Grosso, Usina e tratamento de resíduo sólido; Conselho de Segurança Alimentar – Consea; Tecnologia de GEO para atender os Municípios; Descentralização das Licenças Ambientais; Programa de Qualificação na Gestão Ambiental, e Linhas de Crédito para Investimento nos Municípios. Além do ciclo de palestras a programação também incluiu a reunião técnica dos presidentes e secretários de consórcios.





Kassab ressaltou a importância do apoio governamental para os municípios

# Consórcios Intermunicipais

Prefeitos se reuniram com o ex-ministro das Cidades, Gilberto Kassab, para apresentar reivindicações

Prefeitos integrantes dos Consórcios Intermunicipais de Desenvolvimento de Mato Grosso se reuniram, em fevereiro de 2016, com o então ministro das Cidades, Gilberto Kassab. O objetivo foi apresentar as demandas dos gestores, que enfrentavam dificuldades para concluir obras de infraestrutura nos municípios, como habitação e pavimentação.

Antes de atender os consórcios separadamente, Kassab se reuniu com todos os prefeitos e reconheceu a difícil situação financeira dos municípios. Mais de 120 gestores participaram da solenidade, realizada no auditório da Arena Pantanal, em Cuiabá. O ex-ministro ressaltou que as prefeituras que não contam com o apoio governamental não têm como avançar devido à falta de recursos para investimento. “A realidade dos municípios é muito difícil. A receita mal dá para pagar o salário do funcionalismo. Não há saída para o Brasil que não seja um novo pacto federativo”, afirmou. Ele destacou, ainda, que o problema do governo federal não são os recursos e sim bons projetos.

Fotos: Vicente de Souza



Prefeitos pediram apoio para concluir obras e infraestrutura nos municípios



O presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios, Neurilan Fraga, reiterou a necessidade do ministério interferir junto à Caixa Econômica para retomar a análise dos projetos encaminhados à insti-

tuição, visando a liberação de recursos destinados à infraestrutura urbana. Neurilan frisou, ainda, que é necessário que os programas de habitação do governo federal cheguem aos pequenos municípios. Em Mato Grosso, mais de 100 cidades estão enquadradas como pequenas ou médias.

Em 2015 o presidente da AMM e prefeitos participaram de várias reuniões, em Brasília, com o ministro Kassab para solicitar a prorrogação de prazos e a liberação de recursos de convênios, que estavam em atraso. Outro assunto já tratado com o ministro foram os restos a pagar de 2013 e 2014, inerentes a emendas parlamentares.

Considerando a dificuldade dos municípios em elaborar projetos para captação de recursos para investimento, o governador Pedro Taques propôs a realização de um convênio com a AMM para melhorar e ampliar a elaboração dos projetos. Taques destacou algumas obras necessárias nos municípios, como pavimentação urbana, saneamento, moradia, entre outros. “Peço ao ministro que atenda os prefeitos porque sabemos das necessidades dos municípios”, afirmou.





Presidente da AMM  
apresentou as conquistas  
do movimento municipalista

# Expectativas para o próximo mandato

AMM reuniu prefeitos eleitos e reeleitos para debater oportunidades e desafios da próxima gestão

Para debater os desafios que os gestores irão enfrentar no novo mandato (2017-2020), a Associação Mato-grossense reuniu prefeitos eleitos e reeleitos em um encontro, realizado em outubro de 2016. O evento contou com um ciclo de palestras com a participação de representantes dos poderes Legislativo, Judiciário, órgãos de controle, entre outros segmentos. Os palestrantes debateram as alternativas para a construção de uma gestão eficiente, mediante a crise que afeta as administrações municipais. Cerca de 80 prefeitos eleitos e reeleitos participaram do evento, realizado em Cuiabá.

As conquistas do movimento municipalista nos últimos anos

Cerca de 80 prefeitos  
eleitos e reeleitos  
participaram do evento







Foto: Vicente de Souza



Foto: Vicente de Souza



Foto: Vicente de Souza

**Autoridades orientaram gestores e falaram sobre projetos de interesse dos municípios**

foram apresentadas pelo presidente da AMM, Neuri-lan Fraga, que citou a aprovação no Congresso Nacional do aumento de 1% do Fundo de Participação Municípios e a luta para garantir o repasse às prefeituras, que ocorreu de forma parcelada entre os anos de 2015 e 2016.

Ele frisou, ainda, as mobilizações junto ao governo federal para a transferência do Auxílio Financeiro para Fomento das Exportações (FEX), da qual o estado é o maior beneficiado do país. “Também precisamos destacar a conquista do Fundo Estadual de Transporte e Habitação, que tem garantido o trabalho de manutenção das estradas não pavimentadas em todo o estado”, assinalou.

A união dos gestores e o respaldo das entidades representativas dos municípios, como a AMM e a Confederação Nacional dos Municípios, são consideradas essenciais para os avanços nas mobilizações.

Os serviços que a entidade presta aos municípios, como atendimentos nas áreas Técnica, de Apoio, Jurídico, Capacitação, Projetos, Institucional, Diário Oficial e Desenvolvimento Econômico, além de outras áreas, também foram apresentados.

O desafio da AMM será reativar e fortalecer os Consórcios Intermunicipais de Desenvolvimento Econômico e Social. A intenção é, em conjunto, encontrar alternativas para desenvolver as microrregiões e as receitas próprias dos municípios.

## O Encontro com Novos Gestores Mato-grossenses abordou vários temas inerentes à gestão pública

### Programação diversificada

O Encontro com Novos Gestores Mato-grossenses abordou vários temas inerentes à gestão pública, apresentados por representantes dos poderes legislativo, judiciário, órgãos de controle, entre outros. O senador Wellington Fagundes falou sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias e projeto da Cide Combustível. O deputado federal Fábio Garcia abordou os desafios do país para superar a crise financeira, atuação da bancada e projetos em tramitação no Congresso Nacional.

O presidente do Tribunal de Contas de Mato Grosso, Antonio Joaquim, destacou a parceria entre a AMM e o TCE para garantir orientação técnica aos prefeitos.

O presidente da Associação dos Magistrados de Mato Grosso, juiz José Arimatéa Neves, apresentou aos novos gestores o convênio assinado com a AMM, para realização de capacitações em diversas áreas.

O desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, Marcos Machado, falou sobre o Projeto de Lei para criação do Conselho e Fundo Municipal de Combate às Drogas.

O encontro também contou com a participação do membro da Comissão do Orçamento do Senado Federal, Rafael Fraia, que fez uma apresentação sobre a obtenção de recursos federais.





Seminário orientou os prefeitos sobre os desafios iminentes, como a queda de receita

# Novo mandato, novos desafios

Prefeitos eleitos e reeleitos participaram em Brasília de seminário promovido pela CNM

Após as eleições de 2016, prefeitos eleitos e reeleitos participaram do Seminário Novos Gestores, realizado pela Confederação Nacional dos Municípios, em Brasília. O evento foi considerado uma grande oportunidade para os novos gestores conhecerem a realidade em que vivem os municípios brasileiros. O seminário também capacitou e orientou os prefeitos para enfrentar os desafios iminentes, como a queda de receita.

Uma comitiva de prefeitos eleitos e reeleitos de Mato Grosso, liderada pelo presidente da AMM, Neurilan Fraga, participou do evento, que reuniu gestores das regiões Centro-Oeste e Norte. Prefeitos de outras regiões participaram de reuniões realizadas posteriormente.

Fraga assinalou que os novos gestores vão enfrentar muitos desafios diante do cenário econômico pelo qual passa o país. Ele lembrou que muitos municípios ainda têm Restos a Pagar do Governo Federal, principalmente oriundos de emendas parlamentares, que interferem no orçamento geral da União. Muitas obras

que foram iniciadas nos municípios não serão concluídas e este será um dos problemas que ficará para as novas gestões.

Um dos temas tratados durante o seminário foi o financiamento da gestão pública, abordado pelo presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski, que apresentou um comparativo do gasto médio das prefeituras e do valor recebido pela União em três iniciativas federais.

No caso da merenda escolar, os municípios recebem em média R\$ 0,30 por aluno, quando na verdade o custo chega a R\$ 4,50, destacou o presidente da entidade. Essa realidade é compartilhada no Programa Estratégia Saúde da Família (ESF). Os cofres locais recebem entre R\$ 7.130 e R\$ 10.685 para manter a iniciativa cujos gastos giram em torno de R\$ 48 mil.

A defasagem é ainda mais evidente quando o tema é transporte escolar. O custo médio da prefeitura com o serviço é de R\$ 114 mil. Contudo, os recursos que chegam do governo federal não ultrapassam R\$ 12 mil.

Com poucos recursos em caixa, muitas atividades da prefeitura ficam travadas e não conseguem avançar. Entre elas, as obras. Esse foi mais um tópico abordado pelo líder municipalista ao falar sobre as emendas parla-



Presidente da AMM destacou a importância da mobilização dos prefeitos



Prefeitos de Mato Grosso conheceram a nova sede da CNM

mentares. “As emendas parlamentares trazem uma série de problemas aos gestores locais. Para vocês terem uma ideia, entre a assinatura do convênio e a prestação de contas, o tempo médio para receber o recurso é de 38 meses, ou seja, todo um mandato”, destacou.





# Plano de metas



## Capacitação de comitês

Foi realizada em outubro de 2015, na AMM, a primeira capacitação dos comitês coordenador e executivo que atuaram em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso para a elaboração dos planos municipais de saneamento básico. O objetivo da oficina foi integrar os membros dos comitês com a equipe técnica executora para as ações do Plano de Mobilização Social, que é o primeiro produto do PMS. Participaram dessa etapa os municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio Cuiabá e foram contemplados com os recursos da Fundação Nacional de Saúde. Os demais consórcios participaram da capacitação nos meses de outubro e novembro. A escolha de trabalhar a elaboração dos planos via consórcio se deu pela possibilidade de realizar ações conjuntas nas regiões.

O 1º Workshop de Municípios Sustentáveis, realizado em maio de 2015, em Cuiabá, teve o objetivo de esclarecer as dúvidas dos gestores municipais a respeito do Novo Código Florestal, Lei nº 12.651/12, e auxiliar na elaboração do plano de metas das prefeituras. A realização foi do Governo do Estado, em parceria com o Comitê Gestor do Programa Mato-grossense de Municípios Sustentáveis, que conta com a participação da AMM. O PMS visa fortalecer a economia local, melhorar a governança pública e a segurança pública, além de promover a conservação dos recursos naturais, a preservação ambiental e reduzir as desigualdades sociais. O Programa Mato-grossense de Municípios Sustentáveis foi lançado em maio de 2014, durante o 31º Encontro de Prefeitos.

## Capacitação sobre o ITR



A Associação Mato-grossense dos Municípios, em parceria com a Receita Federal, realizou o Seminário sobre Arrecadação do Imposto Territorial Rural. O evento, que ocorreu em junho de 2015, reuniu fiscais do tributo de municípios que já firmaram o convênio de municipalização. Mais de 80 prefeituras associadas enviaram servidores para a capacitação, que teve como objetivo sanar as dificuldades que os servidores têm encontrado no trabalho de gestão e fiscalização do ITR. O seminário foi formatado após uma reunião com o grupo de trabalho, composto por fiscais de tributos de oito municípios que já estão operacionalizando o convênio. O chefe de fiscalização da Receita Federal, Gelson Schuendler, e o supervisor do imposto na delegacia de Cuiabá, Felipe Megiolaro, foram os facilitadores do Seminário. A AMM foi representada na capacitação pela ex-chefe de gabinete, Eulália Oliveira, e pela gerente técnica, Lisibete Santiago.



# Perfil da agricultura familiar



Concentrar os dados disponíveis sobre a agricultura familiar para a criação de uma central dinâmica de informações do estado. Foi com esse propósito que a AMM, o Governo do Estado, representantes dos Consórcios Intermunicipais e diversas entidades ligadas ao assunto se reuniram, em novembro de 2015, durante o Workshop Perfil da Agricultura Familiar de Mato Grosso. Durante o Workshop foram compartilhados dados sobre a economia, a sociedade e o território de Mato Grosso, visando compor um perfil para subsidiar poder público no planejamento de iniciativas voltadas para o desenvolvimento da agricultura familiar mato-grossense. Na abertura dos trabalhos, a AMM foi representada pelo ex-coordenador de Desenvolvimento Regional, Renaldo Loffi.

## Fomento à agroindústria

Equipe da AMM percorreu vários municípios para esclarecer sobre a mudança na lei do Sistema Unificado de Sanidade Agroindustrial Familiar de Pequeno Porte – Susaf, que visa garantir a qualidade do produto das agroindústrias familiares e de pequeno porte, por meio de orientação, instrução e edição de normas técnicas. A mudança prevê que, para aderir ao Susaf, o município deve ter criado a lei do Serviço de Inspeção Municipal – SIM, mas poderá ter o serviço de fiscalização das agroindústrias prestado pela equipe técnica de um consórcio. A equipe técnica também já percorreu alguns municípios para esclarecer sobre a importância da instalação do SIM e para orientar sobre os procedimentos a serem adotados. A orientação aos secretários municipais de Agricultura é considerada fundamental para esclarecer dúvidas e contribuir para a transformação da realidade local.

## Desenvolvimento do Centro-Oeste

Foi realizada em abril de 2015, no Palácio Paiaguás, a segunda reunião do Comitê de Articulação das Secretarias de Estado da Área de Atuação da Sudeco, com a presença do então superintendente da Sudeco, Cleber Ávila, dos secretários de Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso, Goiás, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, prefeitos de Carlinda, Cláudia e Apiacás, entre outros. A reunião discutiu a atração de investimentos públicos e privados para a região Centro-Oeste. Durante o encontro, o então secretário de Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso, Seneri Paludo, informou que não havia como implementar a economia do estado sem a participação dos municípios. O presidente da AMM sugeriu a participação da instituição na reformulação da lei de incentivos fiscais.

# Comitê de Investimentos

O Comitê de Investimentos do Programa AMM-Previ, da Associação Mato-grossense dos Municípios, reuniu-se em outubro de 2015 para discutir assuntos de interesse dos Regimes Próprios de Previdência Social. O comitê é responsável por discutir e sugerir áreas de investimentos para os fundos dos institutos que aderiram ao programa. Após uma breve apresentação sobre o panorama econômico atual, os participantes aprovaram o estatuto do Comitê e deliberaram sobre as próximas reuniões. O grupo é composto por um representante do AMM-Previ, da Agenda Assessoria, do Banco do Brasil e dos RPPS de Barra do Bugres, Aripuanã e Curvelândia. Uma das bandeiras definidas foi a sensibilização dos membros dos conselhos municipais para a necessidade de capacitação do pessoal.





# Municípios sustentáveis



A elaboração de um plano de ação para auxiliar na implementação do Programa Mato-grossense de Municípios Sustentáveis - PMMS foi discutida em julho de 2015, durante reunião na AMM. Participaram representantes de várias organizações não governamentais, entre outras instituições. O objetivo do programa é promover o desenvolvimento sustentável dos municípios da Amazônia Mato-grossense através do fortalecimento da economia local, da melhoria da governança pública municipal, da promoção da segurança jurídica, da conservação dos recursos naturais e recuperação ambiental, além da redução das desigualdades sociais. A AMM é uma das instituições que integram ao comitê gestor do programa, que também conta com a participação de oito consórcios intermunicipais de desenvolvimento econômico, entre outras entidades.



## Novas metas

O Comitê Gestor do Programa de Municípios Sustentáveis se reuniu em outubro de 2015, na Associação Mato-grossense dos Municípios, para debater questões estruturais do programa e deliberar sobre as próximas ações a serem implementadas. Participaram das discussões representantes das instituições que integram o comitê, que conta com a participação da AMM. Durante a reunião foram discutidos vários pontos que vão delinear um planejamento do programa para todo o estado. As ações desenvolvidas estão relacionadas ao fortalecimento da gestão ambiental, à regularização ambiental e fundiária e ao fortalecimento das cadeias produtivas da agricultura familiar.

# Operacionalização do Siconv



O Curso de Capacitação em Sistema de Gestão de Convênios, promovido pela Associação Mato-grossense dos Municípios e o Instituto Brasileiro de Administração Municipal, através do Programa de Qualificação da Gestão Ambiental para os municípios do bioma Amazônia, foi realizado em agosto de 2015. A capacitação foi ministrada pela mestre em Gestão do Conhecimento, Leene Marques. O objetivo foi facilitar a operacionalização de convênios por meio do Siconv, desde a identificação do programa e inclusão da proposta, até a prestação de contas do convênio. O Siconv é uma ferramenta eletrônica que reúne e processa informações sobre as transferências de recursos do Governo Federal para órgãos públicos e privados sem fins lucrativos. Esse repasse acontece por meio de contratos e convênios destinados à execução de programas, projetos e ações de interesse comum.



# Apoio ao Hospital de Câncer

O presidente da AMM, Neurilan Fraga, e o ex-presidente do Tribunal de Contas, Waldir Teis, visitaram o Hospital de Câncer, em novembro de 2015, para conhecer o atendimento oferecido aos pacientes de diversas regiões do estado. Na ocasião, o presidente do hospital, Laudemi Moreira Nogueira, apresentou as instalações e informou que enfrenta dificuldades financeiras para atender a demanda de pacientes que vêm de todos os municípios. A Associação ficou responsável por mobilizar os prefeitos para visitar e conhecer a realidade do hospital. Foi sugerida a realização de um convênio entre cada prefeitura e o hospital para que os municípios possam contribuir diretamente.



## Conferências territoriais



Foto: Mídia NINJA

A Associação Mato-grossense dos Municípios participou das etapas territoriais e intermunicipais da 2ª Conferência Nacional de Ater. A AMM mobilizou, através da Coordenação de Articulação e Apoio ao Desenvolvimento Regional, as prefeituras para participarem das discussões, que têm como objetivo diagnosticar a situação do Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural no estado, levantando dados para as conferências estadual e nacional, visando fortalecer a agricultura familiar e a reforma agrária em todo o estado. A instituição foi convidada pelo ex-ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, para participar das reuniões organizadas pela superintendência regional do MDA e Secretaria de Estado de Agricultura Familiar (Seaf). As etapas territoriais e intermunicipais foram realizadas em novembro e dezembro de 2015 em vários municípios.

## Intercâmbio de experiências



Foto: CNM

A Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM) participou do Encontro de Cidades Universitárias (MuniCiença), promovido pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM) em junho de 2016, em Minas Gerais. O objetivo do evento foi discutir, principalmente, os desafios comuns às cidades universitárias e os novos paradigmas teóricos e políticos de transformação municipal. A instituição foi representada pela coordenadora Administrativa e Financeira, Aparecida Chiodi, e pelo coordenador de Articulação e Desenvolvimento Regional, José Antônio Pinheiro. Os técnicos também participaram do programa de capacitação "Educação e Cultura fortalecendo a economia local", promovido pela empresa Missão Técnica Acadêmica. Eles integraram um grupo de visitas técnicas nas cidades de Mariana, Ouro Preto e Viçosa, com foco na troca de experiências sobre o uso do potencial de centros universitários e eventos culturais no fomento da economia municipal.





## Assinatura de convênios

Prefeitos de todas as regiões do estado participaram em junho de 2016 da solenidade de assinatura de convênios das emendas parlamentares liberadas pelo governo do estado. Os recursos foram indicados para as secretarias de estado de Cidades, Educação, Esporte e Lazer, Cultura e Infraestrutura e Logística. Foram contemplados 47 municípios com os

recursos, que resultarão em diversos investimentos, principalmente em pavimentação urbana. O presidente da AMM, Neurilan Fraga, agradeceu a Assembleia Legislativa de Mato Grosso e aos deputados pela destinação das emendas e garantiu que os recursos irão refletir em melhorias para a população.

## Capacitação técnica



Pensando na qualificação dos colaboradores e na melhoria dos serviços prestados, a AMM e o Instituto Assistencial de Desenvolvimento (IAD) realizaram a capacitação em tecnologia BIM (Building Information Modeling). Participaram do curso engenheiros e arquitetos da Central de Projetos, que se dividiram em duas turmas, nos meses de março e abril de 2016. As aulas foram ministradas pelo arquiteto Marcos Jhonny de Oliveira e pelo projetista Lucas Rossetti, que também prestam serviços para a Associação. A coordenadora de Projetos da AMM, Ana Catarina de Souza, disse que a capacitação contínua é fundamental para a elaboração de projetos de arquitetura e engenharia de qualidade para os municípios. O diretor presidente do IAD, Alexandre Veiga, revelou que já estão no planejamento da empresa novas capacitações e treinamentos para utilização de outras ferramentas. Na segunda turma, foram abertas duas vagas para participação de técnicos da Secretaria de Estado de Cidades (Secid-MT).





## Cavalhada de Poconé

A AMM entregou ao Governo do Estado, em setembro de 2016, o projeto executivo para construção de uma nova arena para a Cavalhada de Poconé. A iniciativa deve fomentar o evento, que já faz parte da história do município e é um dos atrativos turísticos da região. A reunião contou com a participação do governador Pedro Taques, do secretário de Estado de Turismo, Luiz Carlos Nigro, representantes da coordenação de Projetos da AMM e da sociedade civil organizada de Poconé.

O prefeito de Nossa Senhora do Livramento, Carlos Roberto, acompanhou a entrega, representando a AMM. A obra, que já conta com o aporte de uma emenda parlamentar do deputado federal Fábio Garcia, será realizada no mesmo local onde o evento é realizado atualmente e deve custar cerca de R\$ 11 milhões. A arena deve ter aproximadamente 2.500m² de área construída, que também poderão ser utilizados para abrigar outros eventos.

## Gestão ambiental

Foi realizada em setembro de 2016 a exposição Prêmio Gestão Ambiental no Bioma Amazônia, em Cuiabá. A iniciativa foi promovida pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam), através do Programa de Qualificação Gestão Ambiental, e contou com o apoio da AMM. Foram expostas as fotos e os vídeos de cada uma das 10 práticas premiadas pelo Prêmio Gestão Ambiental no Bioma Amazônia. A premiação ocorreu em reconhecimento às organizações sociais e governos municipais por suas contribuições no controle e redução do desmatamento, promoção e melhoria das condições ambientais, sociais e econômicas, e inovação nos padrões técnicos e de gestão. Três municípios mato-grossenses estão entre os premiados. São eles:



Cotriguaçu, com a Regularização e Adequação Ambiental em Imóveis Rurais Relacionadas ao Cadastro Ambiental Rural (CAR); Paranaíta, com o Processo Participativo de Recuperação Ambiental das Nascentes Contribuintes do Sistema Municipal de Abastecimento; e Sinop, com o projeto Paranka de Prevenção e Combate às Queimadas.



# Legislação eleitoral

Os cuidados que os gestores devem ter no período eleitoral foi um dos assuntos tratados em julho de 2016 entre o presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios, Neurilan Fraga, e a presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargadora Maria Helena Gargaglione Póvoas, com a participação do vice-presidente e corregedor, Luiz Ferreira da Silva e também do juiz auxiliar da presidência, Lídio Modesto. Durante a reunião, foi anunciado pela desembargadora, o seminário sobre Direito Eleitoral, realizado em agosto de 2016 para debater vários temas. O objetivo foi esclarecer os juízes sobre os procedimentos a serem adotados durante o período eleitoral em Mato Grosso.



## Orientação aos gestores



## Eleições 2016

Em maio de 2016 foi realizado pelo Tribunal de Contas do estado o evento "Regras para as eleições 2016". O objetivo foi discutir com potenciais candidatos, dirigentes partidários e agentes políticos as principais regras para as eleições municipais de 2016. Entre os temas abordados estavam a Lei de Ficha Limpa, condutas vedadas aos agentes públicos em ano eleitoral, prazos e prestação de contas. O evento discutiu as novas regras impostas pela minirreforma eleitoral, aprovadas em 2015 pelo Congresso Nacional. O presidente da AMM chamou a atenção dos pré-candidatos para lutas municipalistas importantes, que devem pautar as mobilizações no próximo mandato.



A segunda edição do seminário "Regras para as Eleições 2016" foi promovida em agosto de 2016. O evento foi uma iniciativa do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE), em parceria com o Ministério Público do Estado (MPE), Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O objetivo foi sanar as dúvidas dos candidatos ao pleito de 2016, assessores, advogados e comunicadores. Em sua primeira edição, o seminário reuniu pretensos candidatos em palestras que incluíram prazos e regras para registro de candidaturas, financiamento de campanha e prestação de contas eleitorais: lei da ficha limpa, condutas vedadas aos agentes públicos e regras para propaganda eleitoral e partidária. A segunda etapa do seminário teve como público alvo os candidatos já escolhidos pelas convenções partidárias e, além das temáticas abordadas anteriormente, discutiu também a lei de Improbidade Administrativa.





# Inovações administrativas

Coordenação supervisionou mudanças na estrutura da AMM, viabilizou investimentos e ampliou atividades de atendimento aos colaboradores

Críteriosa nas decisões e atenta aos melhores resultados, a Coordenação Administrativa e Financeira trabalhou em sintonia com a presidência da AMM buscando consolidar uma gestão eficiente na instituição nos últimos dois anos. Desde o início da gestão, ofereceu o suporte necessário para garantir a saúde financeira da instituição, com a adoção de várias medidas, como o controle do uso dos insumos. O setor também preparou a Associação para as alterações no quadro funcional, acompanhando as etapas de demissões e contratações necessárias para formar a nova equipe.

Viabilizou inovações também na área de Gestão de Pessoas, com a promoção de atividades beneficentes, de integração e de saúde física e mental dos colaboradores, por meio da contratação de fisioterapeuta que oferece aula de pilates e ginástica laboral, e de uma psicóloga que realiza atendimentos individuais ou em grupo.



Coordenação administrativa desenvolveu atividades de socialização e integração

Para oferecer melhor suporte aos demais setores técnicos da AMM, supervisionou a contratação de estagiários e menores aprendizes, que passam a desenvolver habilidades através de contato direto com profissionais de diversas áreas.





**A reforma do prédio só foi possível devido a um rigoroso controle de gastos**



**Renovação da frota de veículos melhorou atendimento aos municípios**

A coordenadora Aparecida Chiodi disse que o setor também viabilizou investimentos para melhorar a prestação de serviços. A renovação da frota de veículos contribuiu muito para o desenvolvimento das atividades na sede da instituição em Cuiabá, e também no escritório em Brasília, que recebeu um veículo com capacidade para sete passa-

geiros visando atender os prefeitos que estão na capital federal.

A coordenação também acompanha de perto a reforma do prédio da AMM, que só foi possível devido a um rigoroso controle de gastos implementado desde o início da gestão.

Nos últimos dois anos também foi feito um amplo investimento em Tecnologia da Informação, com a aquisição de equipamentos, atualização da central telefônica, segurança de dados, rede interna, atualização do link de internet, entre outras medidas para garantir maior eficiência nos serviços realizados na instituição.

O setor também realizou os procedimentos necessários para aquisição de mobília, de uniformes para os colaboradores, modernização do serviço de fornecimento de combustível, contratação de agência de publicidade, assessoria contábil, econômica e jurídica.





Trabalho da equipe garantiu economia de R\$ 8,5 milhões para as prefeituras associadas

# Infraestrutura para os municípios



Central de Projetos elaborou mais de 1,2 mil projetos e garantiu R\$ 453 milhões em investimentos nos últimos dois anos

Considerando que investimento em obras funciona como um indicador de desenvolvimento e progresso, a AMM disponibilizou boa parte de sua equipe técnica para auxiliar os municípios na captação de recursos para a melhoria da infraestrutura local. Nos últimos dois anos, a Central de Projetos da instituição elaborou 1.278 projetos, que garantiram R\$ 453 milhões em investimentos na execução de obras nos municípios. O trabalho da equipe, que conta com 47 profissionais, garantiu economia de R\$ 8,5 milhões para as prefeituras associadas, que não tiveram nenhum custo adicional para ter acesso aos serviços. A execução das obras pode ser via-





Em visita à Central de Projetos, prefeitos conheceram melhor o trabalho desenvolvido pelo setor

bilizada através de recursos próprios, celebração de convênios com órgãos federais, estaduais, além de financiamento junto a bancos.

Os projetos atenderam demandas em diversas áreas, como Saúde, Educação, Infraestrutura urbana, Saneamento, Meio ambiente, Esporte, Lazer, Turismo, Agroindústria e Social. Alguns dos projetos desenvolvidos foram os seguintes: construção da Arena da Cavallhada, em Pocrane; reforma e ampliação do hospital de Peixoto de Azevedo, Mirassol D'Oeste e Santo Antônio do Leverger; sistema de esgotamento sanitário da sede de Nova Bandeirantes; pavimentação asfáltica, drenagem profunda e superficial, sinalização horizontal e vertical em diversos municípios; iluminação pública com lâmpadas LED, em Lambari D'Oeste; licenciamento ambiental do sistema de abastecimento de água, em Nova Santa Helena; entreposto de pescado - sistema de inspeção federal - SIF, em Vila Bela da Santíssima Trindade; abatedouro misto (bovino e suíno) Sistema de Inspeção Federal - SIF, em Lucas do Rio Verde, e feira livre, em Nortelândia.

Os trabalhos são desenvolvidos por meio de visitas e levantamento in loco, além de atendimentos na AMM.

A elaboração dos projetos é iniciada após o município apresentar os documentos previamente estabelecidos em checklist (disponibilizado pela equipe), onde são solicitadas informações, estudos e levantamentos da área que passará por intervenção.

A coordenadora Ana Catarina Souza disse que o principal objetivo da equipe é apresentar um atendimento de qualidade aos municípios, contribuindo para o desenvolvimento local e regional, por meio de uma melhor infraestrutura urbana, além de ofertar serviços que atendam as necessidades da população.

Com o objetivo de aprimorar o setor e dar mais eficiência e agilidade nos trabalhos, a AMM firmou um termo de parceria com o Instituto de Assistência de Desenvolvimento (IAD), em 2015. Toda a equipe está vinculada ao instituto com a finalidade de buscar resultados e diminuir as pendências nos projetos.

### Principais avanços

No último biênio foram verificados vários avanços, como a criação de projetos modelo de diversas especialidades, com o objetivo de otimizar recursos e agilizar a disponibilização aos municípios; a criação do cargo de relações comerciais da Central de Projetos junto aos órgãos, que visa uma maior agilidade na apresentação, análise, aprovação dos projetos e formalização dos convênios; maior aproximação dos profissionais que elaboram os projetos com os profissionais que analisam e realizam a aprovação dos mesmos; reestruturação dos projetos, atendendo as novas normas técnicas vigentes; participação na criação do novo Sistema de Inspeção Estadual - Susaf; contratação de um geólogo, que atua junto aos municípios, na outorga de poços artesianos, licenciamento ambiental de jazidas e outros; capacitação dos profissionais através de cursos ofertados e participação em simpósios.



Projetos fomentam desenvolvimento dos municípios mato-grossenses





# Defesa dos municípios

Coordenação jurídica acionou o Poder Judiciário para garantir direitos dos municípios e se dedicou à orientação técnica de prefeitos e equipes

O último biênio foi um período de muitos desafios para os municípios, que acumulam atribuições e responsabilidades, muitas vezes sem contar com o suporte financeiro necessário para atender todas as demandas. Nesse contexto, a Coordenação Jurídica da AMM teve uma atuação muito importante, acionando o Poder Judiciário diversas vezes para garantir os direitos dos municípios.

Em novembro de 2016, a equipe jurídica ingressou com uma ação na Justiça Federal para assegurar que os recursos oriundos da multa sobre o Imposto de Renda, obtidos na repatriação sobre os ativos brasileiros no exterior, fossem incluídos na base de cálculo para a partilha com os municípios. O Pacto Nacional firmado entre governo federal e governos estaduais para a liberação dos recursos não incluiu os municípios no rateio.

A grande adesão à chamada repatriação permitiu que o governo federal arrecadasse o montante de R\$ 46,8 bilhões com o pagamento de 15% de imposto de renda sobre o acréscimo patrimonial do contribuinte, além de multa de 100% sobre o imposto. Esses valores deveriam ser compartilhados entre estados e municípios, conforme as normas estabelecidas pela Constituição Federal. Mas a União não incluiu a multa para os municípios.

A Lei Complementar de 62/89, que definiu as normas para o cálculo do Fundo de Participação dos Municípios-FPM, inclui no rateio os valores arrecadados a título de multas e juros. Até o momento, foram impetradas várias ações com a finalidade de assegurar os

recursos oriundos da multa sobre o Imposto de Renda que, somando os valores dos municípios que ingressaram, perfazem um total de R\$ 117.672.060,37.

Em abril de 2016 a Justiça Federal acatou ação judicial da AMM, que questionou os descontos de Imposto de Renda Retido na Fonte realizados pela União nas parcelas de pagamentos de precatórios aos municípios de Diamantino, Santa Tereziinha, Alto Paraguai, Nova Brasilândia e General Carneiro. Com a decisão, a União deveria ressarcir os valores descontados nos sete últimos anos e repassar integralmente as parcelas seguintes. A mudança já valeu para a parcela de 2016, estimada em R\$ 2.331.327,00, mais a correção monetária. A equipe jurídica da instituição elaborou uma minuta de petição, que foi enviada aos municípios

Elaboração da cartilha sobre o Fethab foi discutida com o Tribunal de Contas



Foto: Vicente de Souza



Coordenação jurídica viabilizou recuperação de crédito para vários municípios

envolvidos e protocolada em Brasília para reparar o erro.

A equipe jurídica também garantiu na justiça, em maio de 2016, os recursos para a realização do 10º Rally Cultural de Jauru e Conquista D'Oeste. Graças a um Mandado de Segurança impetrado pela Coordenação Jurídica, a prefeitura de Jauru conseguiu a liberação da certidão negativa por parte da Receita Federal em tempo para o empenho do convênio com o Governo do Estado, no valor de R\$ 195.472,30. O juiz federal Cesar Augusto Bearsi deferiu o pedido da instituição, levando em consi-





convênios firmados em 2013 para avaliação dos restos a pagar não processados. Com a medida, o montante a ser repassado pelo Governo Federal poderia chegar a R\$ 31,5 bilhões, beneficiando todos os municípios brasileiros.

Através da coordenação jurídica e da gerência técnica, a entidade questionou o parágrafo 5º, do Art 2º, que não deixava clara a inclusão dos valores. Somente na Caixa Econômica os municípios de Mato Grosso tinham a receber o equivalente a R\$ 78,1 milhões de Restos a Pagar, relacionados a contratos de repasse junto a vários ministérios, entre eles da Agricultura, Cidades, Turismo e Desenvolvimento Social.

Apesar de muitos municípios terem cumprido com as exigências dos convênios, o Governo Federal não liberou os recursos. De acordo com levantamento da AMM, somente em contratos vinculados na Caixa Econômica eram mais de R\$ 49 milhões para 52 municípios mato-grossenses. O prazo foi prorrogado até o dia 31 de dezembro, pelo Decreto 8.551/2015, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 30 de outubro de 2015.

O setor presta serviços jurídicos especializados aos municípios associados entre outras ações. Sob a coordenação da advogada Débora

Simone Rocha Faria, a equipe orientou as prefeituras através de pareceres, publicações e consultas, além de acompanhar os prefeitos em audiências e órgãos públicos. A Coordenação Jurídica auxiliou os prefeitos em diversos processos, que custariam aproximadamente R\$ 25 milhões em honorários advocatícios.

### Orientação técnica foi prioridade

Através da coordenação, a AMM também priorizou a orientação técnica aos prefeitos sobre vários temas. Uma das ações foi a elaboração da cartilha “Os cuidados com o último ano do mandato”, lançada pela Associação em julho de 2016. O objetivo foi orientar prefeitos, vice-prefeitos, secretários e outros agentes públicos no fechamento da gestão, com segurança jurídica, financeira e orçamentária. O material foi elaborado com base na legislação vigente e disponibilizado ao público em formato digital, para download no site da instituição. A publicação incluiu as proibições legais para o último ano de mandato em relação ao uso de bens e imóveis, matérias, serviços autorizados, serviços prestados por servidor ou empregado público, serviços de caráter social, admissão e movimentação de pessoal, implementação de vantagens, convênios, inaugurações, publicidade institucional e pronunciamentos.

Em 2015 a AMM lançou uma cartilha para esclarecer os municípios sobre a correta aplicação de recursos do Fethab. As diretrizes para o investimento dos recursos foram discutidas com o Tribunal

de Contas do Estado. As orientações foram elaboradas pelas coordenações Jurídica e Técnica

### Decisões do Poder Judiciário garantiram direitos dos municípios

da Associação, com a chancela do TCE. O objetivo foi evitar que os municípios tivessem problemas na prestação de contas devido à falta de informação. A Associação orientou para que houvesse transparência na aplicação do dinheiro e para que os gestores não fossem responsabilizados por eventual má aplicação do recurso público, por desconhecimento das normas legais. A equipe jurídica também contribuiu para a vitória no Supremo Tribunal Federal, que garantiu o repasse do Fethab aos municípios.



Cartilha eleitoral e sobre o Fethab orientaram os gestores municipais

deração que o município já havia quitado o débito e a importância do evento para os moradores da região.

Em 2015 houve também várias ações de destaque, como o auxílio aos municípios para garantir o recebimento de recursos estaduais e federais, fundamentais para o atendimento das demandas da população. Através de uma articulação junto à vice-presidência da República, em 2015, garantiu a alteração do decreto 8.466/2015 para inclusão dos



Foto: Dorian Máximo/SO-SIF





Coordenação participou ativamente de reuniões do grupo de trabalho do Susaf

# Apoio ao Desenvolvimento Regional

Coordenação executou ações na área social, de turismo, de apoio aos Consórcios Intermunicipais, além da representação em vários colegiados

Remodelada em 2016, a Coordenação de Desenvolvimento Regional da AMM passou a ser denominada Coordenação de Articulação e Apoio ao Desenvolvimento Regional, somando outras atribuições dentro da estrutura da Associação. Nesse novo formato, assumiu novos compromissos para o desenvolvimento dos municípios. O setor, que compreende a Gerência de Apoio, trabalhou na assessoria para as áreas sociais, de turismo e de apoio aos Consórcios Intermunicipais de Desenvolvimento, além da representação em vários colegiados.

Nos últimos dois anos o trabalho desenvolvido pela Coordenação e pela Gerência de Apoio representou para os municípios mato-grossenses uma economia de R\$ 7 milhões entre acompanhamento, monitoramento, alimentação e liberação de certidões (TCE, PGE, SEFAZ, INSS, FGTS, Receita Federal, Caixa Econômica, entre outras), monitoramento e alimentação de sistema de convênios, como Siconv, Siaf, Sigcon e outros, assessoria



Equipe também foi parceira em eventos para debater a agricultura familiar



ria e monitoramento na liberação de contratos e convênios e outros repasses financeiros (FPM, Fex, Fethab), envio e recebimento de documentos e materiais diversos, pesquisas e capacitações, elaboração de documentos, suporte aos procuradores (telefonemas, e-mail, correios, protocolos, impressões), suporte ao dia a dia dos municípios, consórcios, associações e procuradores.

O setor também selou parceria com o Instituto Brasileiro de Administrações Municipais – Ibam para o bioma Amazônia, que desenvolveu várias capacitações on-line e presencial nas áreas de gestão pública e ambiental.



O coordenador José Antonio Pinheiro disse que a equipe realizou várias pesquisas de amostragens da gestão municipal da agricultura familiar, cadeia produtiva do leite, gestão municipal ambiental em parceria com o Ibam e outras pesquisas de natureza interna para atender demandas dos setores da AMM, sempre com abordagens aos prefeitos, secretários e servidores municipais.

Responsável pela articulação com os municípios e consórcios, em 2016 a Coordenação foi responsável pela disseminação de informações através de ofícios, ligações, envio

de mensagens, e-mail, participação em eventos, montagem de stands, equipe de cerimonial e assessoramento direto ao presidente da AMM em várias áreas.

Em apoio aos demais setores da AMM, a equipe ficou responsável pelo contato com prefeitos eleitos e/ou reeleitos para obter dados e informações cadastrais, bem como recepcioná-los na Associação. O setor também trabalhou em atividades de formação para gestores e servidores municipais nas áreas de agricultura familiar e gestão ambiental, entre outros.

# Fomento à agricultura familiar

Nos últimos dois anos o setor participou ativamente das discussões no Grupo de Trabalho do Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar e de Pequeno Porte – Susaf. A iniciativa originou o Projeto de Lei já enviado para a Assembleia Legislativa, que visa beneficiar diretamente milhares de produtores da agricultura familiar mato-grossense. O parlamento estadual deverá realizar audiências públicas para debater o projeto, previsto para ser sancionado pelo Governo do Estado até o início de 2017. O Susaf

foi discutido em março de 2016 durante reunião na AMM, com a participação do secretário de Estado de Desenvolvimento Regional, Eduardo Moura. Representantes das secretarias de Meio Ambiente, Agricultura Familiar, Desenvolvimento Econômico e do Instituto de Defesa Agropecuária do Estado do Mato Grosso também participaram do encontro. O objetivo foi nivelar as informações sobre a implementação do Sistema, expectativa dos municípios e ações necessárias para a sua efetivação.

## Representação em Conselhos

A Coordenação de Articulação e Apoio ao Desenvolvimento Regional representa a AMM em Conselhos, Núcleos, Câmaras, Comissões e Grupos. No último biênio o trabalho possibilitou o acompanhamento de temas importantes que repercutem nas administrações municipais e possibilitou à AMM a participação na formulação de medidas pertinentes à gestão pública. A instituição tem representação no Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável; Conselho de Desenvolvimento Agrícola; Conselho Estadual de Meio Ambiente; 3ª Junta de Julgamento de Recursos do Consesma; Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional; Conselho Estadual de Cultura; Conselho Consultivo do Parque Estadual Massairó Okamura; Núcleo Estadual de Apoio aos Arranjos Produtivos Loca-



AMM e representantes do governo do estado debateram o Susaf em reunião na instituição

is; Câmaras Setoriais Temáticas da Assembleia Legislativa; Câmara Setorial Temática Mato Grosso – Bolívia; Câmara de Política Agrícola e Crédito Rural; Câmara Técnica de Ater – Assistência Técnica Rural; Câmara Técnica de Piscicultura; Câmara Técnica da Aquicultura; Câmara Técnica de Bovinocultura de Leite; Câmara Técnica do Milho; Câmara Técnica das Comunidades Terapêuticas de Tratamento de Dependentes Químicos; Comissão Estadual de Zoneamento Sócio Ecológico – CEZSEE; GT – Grupo de Trabalho do Diagnóstico da Agricultura Familiar; GT – Grupo de Trabalho do SUSAF; PMS – Programa de Municípios Sustentáveis; PCI – Programa Estadual Produzir, Conservar e Incluir (Ouvinte).

## Gerência de Apoio

Importante suporte aos municípios, a Gerência de Apoio manteve nos últimos dois anos o mesmo ritmo de atendimento aos municípios, mantendo a regularidade de certidões, o acompanhamento junto aos órgãos de controle e de regulação, os serviços de apoio aos procuradores com protocolo de recebimento e expedição de documentos e mercadorias. A gerência também fez a verificação de regularidade dos Consórcios Intermunicipais de Desenvolvimento, desde o acompanhamento das certidões ao registro de documentos nos sistemas de convênios, o que possibilitou importantes investimentos de infraestrutura para vários consórcios.





# Articulação institucional

**Coordenação de Relações Institucionais intermediou ações que resultaram em avanços para os municípios**

Responsável por intermediar o relacionamento da Associação Mato-grossense dos Municípios com os poderes constituídos, órgãos e entidades, a Coordenação de Relações Institucionais atuou diretamente com a presidência da AMM para garantir importantes conquistas para os municípios. O acompanhamento da apreciação de contas das prefeituras no Tribunal de Contas de Mato Grosso e de assuntos de interesse de municípios em órgãos governamentais, a busca de parcerias para realização de cursos e treinamentos, o repasse aos municípios de informações relacionadas à arrecadação e demais questões financeiras foram algumas das atividades



**Coordenação articulou a realização de cursos para servidores municipais**

desenvolvidas pelo setor, que também abrange a Gerência Técnica Operacional. Serviços desenvolvidos pela equipe no biênio 2015/2016 gerou economia de R\$ 6,5 milhões aos municípios mato-grossenses.

A coordenadora Lieda Rezende Brito disse que a articulação junto ao Tribunal de Contas de Mato Grosso resultou no perdão de multas aplicadas aos municípios devido a atraso no envio de dados do Aplic e





**Equipe participou de reuniões na Seduc para definir reposição de gastos com transporte escolar**

Geobras foi um das principais ações desenvolvidas durante a gestão. A equipe levantou todas as multas aplicadas aos gestores até 2016 e apresentou ao TCE para negociação. A demanda da AMM junto ao tribunal resultou no perdão das multas, muitas das quais geradas por problemas técnicos no envio dos dados. O TCE determinou o perdão das multas aplicadas até 2014 e reduziu em 95% o valor das penalidades relativas aos anos de 2015 e 2016. O benefício se estende a prefeituras, Câmaras e outras entidades municipais.

A garantia do repasse de recursos para os municípios custearam o transporte escolar de alunos da rede estadual durante a reposição de aulas devido à greve de professores ocorrida em 2016 também contou com a colaboração do setor. A coordenadora acompanhou o presidente da AMM, Neurilan Fraga, em uma reunião na Secretaria de Estado de Educação, em agosto de 2016, quan-

do ficou definido que os municípios seriam ressarcidos pelos gastos. Para a reposição foi repassado às prefeituras, em novembro de 2016, o montante de R\$ 4,5 milhões. Os recursos foram distribuídos entre 130 municípios onde os professores da rede estadual aderiram à greve.

O setor também auxiliou os municípios no primeiro semestre de 2016 a receber recursos do governo do estado para o combate ao mosquito *Aedes aegypti*. Muitas prefeituras não estavam conseguindo receber o repasse devido a problemas na abertura de contas bancárias. Para auxiliar os municípios, a equipe fez um acompanhamento junto à Secretaria de Estado de Saúde e nas instituições financeiras para identificar o problema e informar os 69 municípios contemplados sobre os procedimentos a serem adotados para receber os recursos.

A coordenação realizou, ainda, a defesa de contas dos municípios jun-

to ao Tribunal de Contas da União, acompanhamento no Diário Oficial do estado sobre pauta de julgamento e prazos no TCE, colaborou para a prorrogação de prazos de envio do Aplic, entre outras ações.

### **Apoio à capacitação**

O trabalho desenvolvido também garantiu cursos gratuitos para os servidores municipais. Em setembro de 2016 a coordenadora participou, em Brasília, do Seminário Federativo com Entidades Municipalistas, onde conseguiu assegurar a capacitação de mais seis técnicos no Sistema de Convênios do Governo Federal – Siconv. O curso está previsto para 2017, com a participação de quatro funcionários da AMM e dois de prefeituras, que serão sorteadas. O setor também intermediou a realização do curso de Capacitação e Formação de Pregoeiro, oferecido gratuitamente aos municípios, em abril de 2016. Articulou parceria entre AMM e Caixa Econômica para a realização uma oficina de assistência técnica para os servidores das prefeituras, que atuam nas operações de Repasse OGU e Financiamento de Infraestrutura, em abril de 2016. A operacionalização do Siconv foi abordada na oficina pela equipe da Gerência Técnica da AMM. A coordenação propôs, ainda, ao TCE uma reunião sobre o Sistema de Auditoria Pública Informatizada de Contas (Aplic), realizada em junho de 2016, devido à grande demanda por informações sobre as atualizações no layout desenvolvido pelo Tribunal.

### **Gerência Técnica**

Por meio da Gerência Técnica Operacional, a Coordenação de Relações Institucionais auxiliou os municípios com vários serviços. Entre as principais atividades desenvolvidas, destacam-se as seguintes: elaboração de Plano de Trabalhos inseridos nos sistemas Siconv e Sigcon; envio de SMS informando os valores dos repasses constitucionais, como FPM / ICMS / Fethab / Repatriação; treinamento na AMM para servidores de prefeituras no sistema Siconv / Sigcon; orientação na prestação de contas de convênios para os municípios; elaboração de termos aditivos de prazo e valor em convênios para municípios; ajustes de plano de trabalho; elaboração de ofícios e declarações dos municípios para ministérios; suporte técnico sobre a municipalização do Imposto Territorial Rural - ITR; elaboração do Índice de Participação dos Municípios no Fethab – IPMF.



**Setor também acompanhou assuntos de interesse dos municípios no TCE**



# Previdência municipal

Programa AMM-Previ atende aos princípios legais de economicidade, eficiência e vem conquistando cada vez mais adesão

Os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), presentes em 102 dos 141 municípios mato-grossenses, contam com a assessoria do AMM-Previ desde 2003. Mato Grosso é o segundo estado brasileiro com maior número de municípios com regimes próprios de previdência, proporcionalmente. Atualmente, 56 institutos estão vinculados ao programa, que proporciona melhor desempenho nos investimentos e organização, através do formato de terceirização da gestão e ativos e passivos. Os institutos fecharam o ano de 2016 com mais de R\$ 1 bilhão em caixa.

Por meio de parceria com a empresa Agenda Assessoria e Banco do Brasil, nos últimos dois anos foram promovidas diversas reuniões para apresentar as vantagens da alteração do modelo previdenciário, além de encontros de institutos municipais e visitas aos municípios interessados em alterar o modelo previdenciário. A mobilização teve como saldo positivo a criação de RPPS nos municípios de Nova Mutum, Mirassol D'Oeste, Glória D'Oeste e Araguaiana, além da adesão dos institutos de Várzea Grande e Paranatinga.

Segundo o gerente do AMM-Previ, Renato Ferreira, os números são resultantes do pacote de serviços específicos oferecidos aos municípios que aderem ao programa. Os institutos de previdência que aderem ao AMM-Previ contam com serviços de gerenciamento da previdência local, que inclui cálculo atuarial, assessoria jurídica, treinamento dos servidores, acompanhamento de contas no Tribunal de Contas do Estado, além da orientação de um comitê de investimento sobre a aplicação do fundo previdenciário.

Nenhum dos municípios que aderiram ao AMM-Previ teve suas contas rejeitadas pelo TCE, devido a problemas relacionados à previdência. O Tribunal emitiu um parecer indicando que o programa atende aos princípios legais de economicidade e eficiência.

A mudança de regime previdenciário beneficia principalmente os ser-



AMM realizou um encontro com gestores para discutir implantação de RPPS nos municípios

vidores municipais, pois além de garantir aos servidores públicos municipais a aposentadoria integral, em alguns casos, de acordo com os dados cadastrais dos servidores, a alíquota de contribuição patronal reduz de 22% para alíquotas que variam de 11% até 15%.

## Municípios associados ao AMM-Previ

Acorizal, Araguaína, Araguaiana, Aripuanã, Barra do Bugres, Barão de Melgaço, Barra do Garças, Chapada dos Guimarães, Campinápolis, Castanheira, Cocalinho, Colniza, Conquista D'Oeste, Cuiabá, Curvelândia, Gaúcha do Norte, General Carneiro, Glória D'Oeste, Itaúba, Itiquira, Juruena, Jauru, Juara, Juína, Mirassol D'Oeste, Nova Lacerda, Nova Olímpia, Nova Santa Helena, Nova Canaã do Norte, Nova Marilândia, Nova Nazaré, Novo Horizonte do Norte, Nova Mutum, Planalto da Serra, Pontal do Araguaia, Paranatinga, Ponte Branca, Pontes e Lacerda, Porto Estrela, Primavera do Leste, Querência, Rio Branco, Reserva do Cabaçal, Rosário Oeste, Santa Terezinha, Santo Afonso, Santo Antônio do Leste, Santo Antônio de Leverger, São Félix do Araguaia, São José do Povo, Tabaporã, Tangará da Serra, Terra Nova do Norte, Várzea Grande, Vale de São Domingos e Vila Bela da Santíssima Trindade.

Paulo Cunha colocou-se à disposição para as parcerias e reconheceu a



No último biênio mais prefeituras aderiram ao programa de previdência municipal

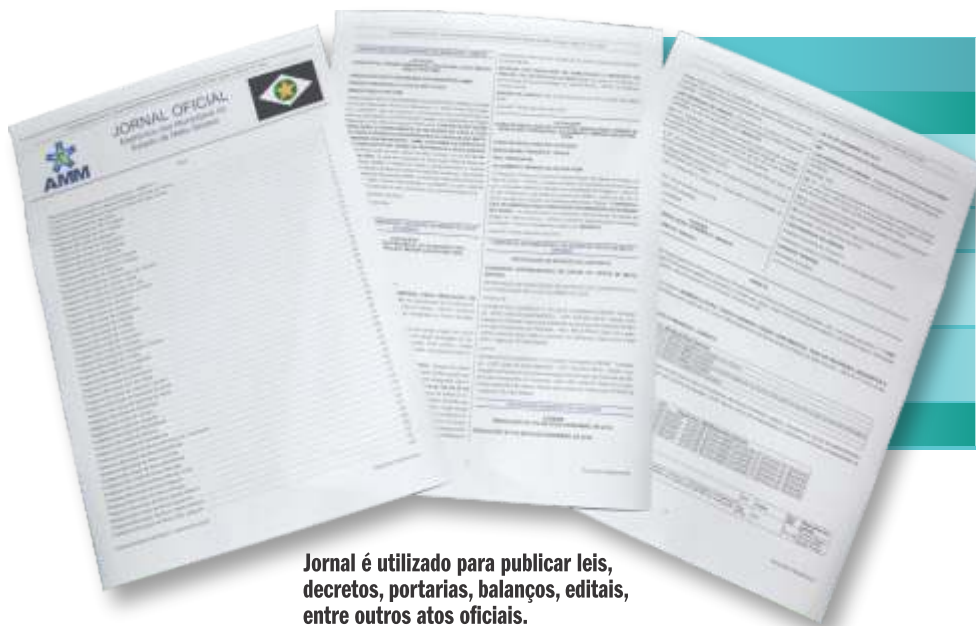
representatividade da AMM. O magistrado informou que não estava satisfeito com a situação do estado em relação aos municípios.

O presidente da AMM, Neurilan Fraga, defendeu a participação da Secretaria de Estado de Saúde, Ministério Público e Defensoria Pública no debate para analisar se a competência para atendimento das demandas é do município ou do estado.

Fraga ressaltou que os municípios estavam sobrecarregados, e muitos estavam destinando até 27% do orçamento para garantir o atendimento à população. Ele defendeu a criação de um sistema de plantão direto com o estado, para que os pacientes sejam atendidos de forma digna e rápida.



# Jornal Oficial



Jornal é utilizado para publicar leis, decretos, portarias, balanços, editais, entre outros atos oficiais.

## Publicações de atos oficiais no último biênio representaram economia de R\$ 51 milhões para os municípios

O Jornal Oficial, que completou 10 anos de criação em 2016, consolidou-se como um dos principais serviços oferecidos pela Associação Mato-grossense dos Municípios. Atendendo prefeituras, Consórcios de Saúde e de Desenvolvimento Econômico, garantiu uma economia de R\$ 51,9 milhões aos municípios no biênio 2015-2016, período no qual foram realizadas 211 mil publicações.

O jornal é utilizado para publicar, sem custos adicionais, atos oficiais, como: leis, decretos, portarias, balanços, editais, extratos de contrato, resultados de licitação, entre outros.

A publicação é elaborada em plataforma digital, com o objetivo de prestar melhor atendimento aos usuários. Os servidores municipais possuem login e senha e estão habilitados a fazer o cadastramento das matérias no sistema. Essa medida garante maior autonomia aos municípios, além do controle integral sobre o conteúdo divulgado.

A publicação, que pode ser acessada através de um link no site da

### ECONOMIA 2015/2016

| Entidade                                                | Publicações    | Valor                    |
|---------------------------------------------------------|----------------|--------------------------|
| Associação Mato-grossense dos Municípios - AMM          | 324            | R\$ 67.040,80            |
| Prefeituras Associadas                                  | 210.135        | R\$ 51.762.453,45        |
| Consórcios Intermunicipais de Desenvolvimento Econômico | 290            | R\$ 80.120,05            |
| Consórcios Intermunicipais de Saúde                     | 318            | R\$ 66.511,14            |
| <b>TOTAL</b>                                            | <b>211.067</b> | <b>R\$ 51.976.125,44</b> |

AMM ([www.amm.org.br](http://www.amm.org.br)), garante vários benefícios, como economia, eficiência, praticidade, legalidade, contando com o respaldo do Tribunal de Contas do Estado. Os atos administrativos da AMM também são disponibilizados, visando garantir a transparência na administração da entidade.

Os Consórcios de Saúde que publicam no jornal são os seguintes: Araguaia, Médio Araguaia, Oeste e Vale do Arinos. Os Consórcios de Desenvolvimento Econômico que utilizam a publicação são os da região Sul, Alto do Rio Paraguai, Complexo Nascentes do Pantanal, Vale do Rio Cuiabá e Portal do Araguaia. O serviço está disponível também para os demais consórcios que tiverem interesse no atendimento.

Lançada em 2006, a publicação era inicialmente disponibilizada apenas de forma impressa. Para atender a demanda e modernizar o serviço, em 2011 a AMM lançou a versão eletrônica, garantindo agilidade, facilidade de acesso e segurança, pois todas as publicações vêm acompanhadas por certificado digital. As medidas ampliaram, gradativamente, a adesão das prefeituras. Atualmente quase a totalidade dos municípios utiliza o serviço. Para utilizar o jornal, a prefeitura precisa ser filiada à AMM e aprovar na Câmara uma lei, reconhecendo o Jornal como veículo oficial de publicação dos atos municipais.

**Municípios garantiram economia significativa com publicações no Jornal Oficial**



Foto: Assessoria Rio



Crise agravou dificuldades financeiras dos municípios

# Contenção de gastos

AMM propôs medidas de austeridade para minimizar efeitos da crise econômica nos municípios

O biênio 2015 /2016 representou um período de muitas dificuldades para os municípios, que historicamente acumulam atribuições sem a compatível contrapartida financeira. A crise econômica e o cenário recessivo da economia brasileira geraram reflexos negativos nos municípios mato-grossenses. Além de queda na arrecadação, muitas prefeituras tiveram dificuldades para quitar a folha de pagamento e pagaram salários com a arrecadação do mês subsequente. Outros desafios foram enfrentados, como obras paralisadas, subfinanciamento de programas e recursos insuficientes para investimentos.

Considerando o contexto econômico desfavorável, a Associação Mato-grossense dos Municípios recomendou aos prefeitos, em setembro de 2015, algumas medi-

Foto: CNM



Prefeitos se mobilizaram para protestar contra a crise

das de austeridade para enfrentar o período turbulento. O presidente da AMM, Neurilan Fraga, disse que há anos os municípios enfrentam dificuldades, que só agravaram com o cenário nacional de crise que afetou as mais de cinco mil cidades brasileiras. Ele frisou que era preciso cortar gastos para fechar as contas, sob pena de um iminente colapso financeiro, que poderia afetar ainda mais a população.

Entre as medidas recomendadas, destacam-se as seguintes: corte de gastos, que poderia ser concretizado através das reduções do salário do prefeito e vice-prefeito, dos cargos comissionados (DAS), da remuneração dos cargos remanescentes, da jornada de trabalho nas prefeituras, exceto em áreas essenciais, dos recursos repassados para as câmaras municipais, da carga horária no Programa de



Saúde da Família – PSF, do transporte escolar, além do corte de horas extras para servidores efetivos e a suspensão de ajuda financeira para entidades conveniadas, entre outras providências.

### Estudo técnico

De acordo com estudo realizado pela equipe técnica da AMM, os primeiros meses de 2015 confirmaram a redução do emprego em todos os setores da economia, como comércio, indústria, serviços e agropecuária, queda nas vendas do comércio de forma geral, aumento da inadimplência tanto das famílias quanto das empresas e queda nas exportações de produtos agrícolas. A redução na arrecadação dos tributos federais, estaduais e municipais era considerada consequência natural da forte retração na atividade econômica do país e do estado de Mato Grosso.

O anúncio da retirada do selo de bom pagador do Brasil, feito por uma das maiores agências de avaliação de risco de crédito do mundo, ajudou a piorar ainda mais as incertezas fiscais e econômicas do país. Aliado a isso, o governo federal enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei orçamentária para o exercício de 2016 com um déficit de mais de R\$ 30 bilhões, sinalizando dificuldade de cumprir repasses voluntários básicos para os municípios brasileiros.

### Finanças impactadas

Os prefeitos iniciaram 2016 com três fatores preocupantes: o aumento do salário mínimo e do piso salarial dos professores, além do reajuste anual pelo INPC sobre a folha de pagamento dos servidores. Essas obrigações fizeram com que os municípios enfrentassem dificuldades para se manter enquadrados no limite de 54% estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal para gastos com pessoal. A AMM avaliou que os fatores tiveram imediato impacto no equilíbrio fiscal das prefeituras, que já estavam vivenciando a crise financeira desde 2015. A principal fonte de financiamento da educação dos municípios são as receitas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação-Fundeb, que tinha estimativa de crescimento em 7,41% para o exercício de 2016, inferior ao reajuste dos proventos da categoria dos profissionais do ensino.

# Pesquisa revelou dificuldades



A AMM instalou um painel na sede da instituição com o slogan da campanha

Os efeitos da crise foram traduzidos em estatísticas através de uma pesquisa realizada pela Confederação Nacional dos Municípios, em 2016. Os dados foram divulgados por meio da Campanha Viva o seu Município, que contou com a adesão da AMM e de prefeituras de Mato Grosso.

Além de dialogar com o governo, na tentativa de buscar mais recursos, a Campanha também buscou informar o cidadão sobre as dificuldades enfrentadas pelas prefeituras. Na pesquisa, que contou com a participação de 125 prefeituras de Mato Grosso, 100% dos gestores afirmaram que os efeitos da crise instalada no país já estavam sendo sentidos na esfera municipal.

Mais de 80% deles admitiram que áreas fundamentais, como Saúde e Educação, estavam sendo prejudicadas. Foram relatados fechamento de escolas, falta de merenda escolar, incapacidade para realização do transporte escolar, dificulda-

des para pagar o piso do magistério, falta de remédios, falta de profissionais da Saúde, paralisação de equipamentos, fechamento de postos de saúde e retirada de ambulâncias.

Para amenizar o impacto da crise nas finanças do município, providências como redução do quadro de funcionários, redução de salários e

suspensão de prestação de serviços foram tomadas. Mais de 60 prefeituras também alteraram o horário de expediente dos órgãos municipais. As áreas mais afetadas pelos corte foram a Saúde, Desenvolvimento Urbano e Agricultura.

De acordo com a pesquisa,

o cenário econômico estava refletindo na população. Cerca de 80 municípios verificaram um aumento no número de pedidos por auxílios financeiros, empregos e cestas básicas, por exemplo. O impacto na economia local também foi relatado, com fechamento de estabelecimentos comerciais, diminuição da produção agropecuária e aumento das demissões no setor produtivo.

**100% dos gestores afirmaram que os efeitos da crise já estavam sendo sentidos na esfera municipal**



# SEMINÁRIOS Novos gestores 2017-2020



As atividades relacionadas à divulgação da AMM são desenvolvidas pela Gerência de Comunicação. O setor é vinculado à Chefia de Gabinete, coordenada por Andrea Moraes, que atua na assessoria direta ao presidente Neurilan Fraga e realiza atendimento diário aos prefeitos. Ela também supervisiona o trabalho do Jornal Oficial e Controle Interno. Presta, ainda, auxílio à presidência durante as Assembleias Gerais e as reuniões da diretoria da instituição. Andrea participa também de eventos que debatem as questões municipalistas.



## Comunicação com a sociedade

AMM investiu em campanhas, publicações e redes sociais para esclarecer a população e divulgar ações institucionais

A comunicação com a sociedade foi priorizada pela Associação Mato-grossense dos Municípios em 2015 e 2016 por meio de iniciativas que informaram a população sobre ações desenvolvidas pela entidade e pelos municípios.

Para levar ao conhecimento público como as prefeituras estavam investindo os recursos do Fethab, a AMM lançou em 2015 uma campanha publicitária com o tema “Municípios prestando contas a Mato Gros-

**A queda da arrecadação e o atraso nos repasses foram abordados em campanha**







Campanha divulgou serviços executados pelos municípios com recursos do Fethab

so”. A campanha foi veiculada por meio de outdoors, instalados em ruas e avenidas de Cuiabá e Várzea Grande. As imagens divulgaram serviços executados, como a recuperação de estradas e pontes.

A campanha publicitária foi deflagrada para garantir a transparência na aplicação dos recursos públicos e para assegurar o compromisso de aplicar o Fethab de forma eficiente. O reforço financeiro foi considerado muito importante para a recuperação e manutenção de estradas, uma das principais deficiências verificadas nos municípios.

No segundo semestre de 2015 a AMM realizou uma campanha de divulgação das principais reivindicações da pauta municipalista. A ação foi veiculada por meio de cartazes afixados em caminhões munck nas principais avenidas de Cuiabá. O objetivo foi massificar os pleitos e demandas para que a sociedade tivesse conhecimento das dificuldades do poder público municipal. A campanha abordou os seguintes temas: transporte escolar, merenda escolar, crise financeira, Pacto Federativo e Auxílio Financeiro Para Fomento às Exportações – FEX.

#### Alerta sobre a crise

O reflexo da queda na arrecadação e da crise econômica nos municípios foi o mote da campanha institucional lançada em abril de 2016. As peças publicitárias foram divulgadas em veículos de comunicação da capital e interior com o objetivo de alertar a sociedade para as dificuldades financeiras das administrações municipais.

De acordo com levantamento da equipe técnica da AMM, as transferências constitucionais dos governos estadual e federal sofreram queda nos últimos anos. Os repasses derivados do Fundo de Participação dos Municípios - FPM apresentaram redução de 10,67% no ano de



Subfinanciamento de programas e Pacto Federativo também foram temas priorizados

2012, cresceu 4,49% em 2013, voltando a cair 1,69% em 2014 e 5,31% em 2015. Os valores repassados aos municípios de Mato Grosso em 2015 equivalem a R\$ 1,54 bilhão, inferiores ao montante de 2013, quando as prefeituras receberam R\$ 1,72 bilhão.

No caso das transferências estaduais, como o ICMS, houve queda da ordem de 6,10% no período de 2013 a 2015, descontada a inflação do período medida pelo IPCA (IBGE). Enquanto em 2013 os municípios receberam um montante equivalente a R\$ 1,968 bilhão, em 2015 o volume entregue aos municípios foi de R\$ 1,848 bilhão, reduzindo drasticamente a capacidade dos municípios de implementar políticas públicas.

A Saúde foi tema de campanha lançada pela AMM, em julho de 2016. A peça publicitária, veiculada em emissora de TV que abrange várias regiões no estado, alertou sobre as dificuldades que as prefeituras enfrentam para administrar o setor. De acordo com o conteúdo divulgado, enquanto são repassados pelo governo R\$ 10,2 mil para manter o funcionamento de uma unidade de saúde, o salário de um médico custa, em média, R\$ 20 mil.



# Redes sociais garantem interatividade

A AMM também atua nas redes sociais, ampliando e dinamizando a divulgação de seus produtos, por meio de trabalho coordenado pelo setor de Comunicação. No Facebook, a instituição conta com a Fanpage (AMM – Associação Mato-grossense dos Municípios), que é utilizada para divulgação das matérias postadas no site, fotos, eventos e vídeos, possibilitando a interação com muitos usuários.

A Comunicação também produz e edita vídeos, que são enviados para o Youtube e compartilhados. Para garantir maior agilidade, o setor também passou a produzir vídeos curtos para disponibilização imediata em aplicativos de mensagens instantâneas (WhatsApp) e nas redes sociais. As ações também são divulgadas no Twitter e no Instagram, que estabelecem canais de interação com a sociedade.

AMM dinamizou divulgação por meio do Facebook, Twitter e Instagram



## Publicações especiais

O investimento dos municípios em infraestrutura, viabilizado com recursos do Fethab foi um dos destaques do informativo elaborado pela AMM, em junho de 2015. A publicação especial foi distribuída em todo o estado e apresentou várias obras de infraestrutura nos municípios, como recuperação de estradas estaduais e vicinais, bueiros, pontes, entre outros.

O informativo mostrou que as obras já são realidade nos municípios, garantindo trafegabilidade e desenvolvimento local. O conteúdo apresentou, ainda, um breve balanço das ações implementadas para garantir o repasse dos recursos, bem como a sua aplicação. A publicação relata, ainda, a vitória no Supremo Tribunal Federal, que garantiu a liberação dos recursos às prefeituras, além das ações da Associação para esclarecer sobre a aplicação do Fundo, como o lançamento da cartilha que orienta sobre os investimentos dos recursos, entre outros assuntos. Em dezembro de 2015 a instituição também lançou um informativo de balanço das atividades desenvolvidas durante o ano. A publicação foi enviada para prefeitos e outras autoridades.





# Mais moderno e funcional

Novo site disponibiliza Portal Transparência e amplia divulgação da AMM e municípios



**Portal Transparência disponibiliza informações contábeis e administrativas da AMM**



O site pode ser acessado de qualquer plataforma, inclusive smartphones e tablets

A Associação Mato-grossense dos Municípios lançou, em setembro de 2015, o novo site da instituição, com um layout mais moderno e funcional, para melhor atender as necessidades dos municípios. Entre as novidades da ferramenta está o portal transparência da AMM e o acesso aos portais das prefeituras, onde os cidadãos poderão acompanhar a aplicação dos recursos públicos e obter informações quanto à execução de despesas. Os órgãos fiscalizadores exigem mais transparência e acesso à informação ao usuário, que deve dispor de informações claras e simplificadas.

A nova ferramenta amplia a divulgação de notícias e dispõe de espaço para banners, vídeos, redes sociais, calendário de eventos, cursos, galeria de imagens, links para os sites das prefeituras, Jornal Oficial dos Municípios, entre outras informações. O site foi desenvolvido pela MPX Brasil Web Sites, por meio de parceria com a Associação. A empresa também desenvolveu o portal transparência da AMM e de vários municípios. O trabalho foi acompanhado pela equipe da Gerência de Comunicação da instituição.

O portal transparência atende a Lei 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação, que tem como objetivo informar a sociedade como são empregados os recursos públicos e as respectivas ações governamentais em todas as esferas. Por meio de consulta é possível obter informações de receitas, despesas, gráficos, contas públicas, contabilidade, contratos, convênios, planejamento, LDO, LOA, PPA, gestão de pessoas, legislação, todos os processos licitatórios, modalidade, órgão licitante, número do edital e objeto. Além disso, são fornecidos os valores de lance da empresa vencedora.

O site institucional está disponível para acesso de qualquer plataforma, inclusive, smartphones e tablets. A hospedagem é em uma infraestrutura de data center projetado nos melhores padrões de segurança, refrigeração e conexões de rede e energia redundantes, projetado para garantir que tudo esteja sempre online 24 horas por dia, 7 dias por semana e 365 dias por ano, oferecendo suporte e estabilidade para as principais linguagens atuais.



O combate ao zika vírus foi um dos temas abordados no painel da AMM

## Painéis de divulgação

Em 2015 a AMM passou a contar com um espaço fixo de divulgação das ações da instituição que tenham repercussão junto às prefeituras. A AMM instalou, em julho, uma estrutura com dois painéis tamanho 6x2,5 metros na frente da entidade para garantir maior visibilidade aos visitantes e demais pessoas que trafegam pela avenida que dá acesso à sede da Associação. O Fethab, o subfinanciamento de programas federais, o combate ao zika vírus foram alguns dos temas abordados na mídia, que deu ênfase às demandas municipalistas ou outros assuntos de repercussão na administração pública municipal.





A AMM manteve a tradição de reunir os funcionários em confraternização de final de ano

# AMM solidária e integrada

Instituição fomentou integração dos funcionários e participação em campanhas de solidariedade



Grupos de encontro e reflexão promoveram a integração dos diversos setores

Ações solidárias e de integração da equipe de colaboradores da AMM foram intensificadas nos últimos dois anos. A diretoria da instituição fortaleceu os projetos já realizados e fomentou novas atividades colaborativas e de socialização. Foram também desenvolvidas ações voltadas para a espiritualidade, como o encontro semanal para oração, realizado todas as segundas-feiras pela manhã.

Os funcionários participaram, ainda, de um grupo de reflexão, que possibilitou a integração dos diversos setores visando o estímulo à convivência, autoconhecimento e trabalho em equipe.

A solidariedade foi incentivada por meio do projeto Força do Amor Voluntário – Favo, criado pela AMM com o



Colaboradores aderiram a ações sociais promovidas pela AMM



Momento de oração também recebeu convidados





AMM ficou iluminada em apoio à campanha Outubro Rosa



Manhã recreativa na Casa de Apoio Madre Tereza contou com muita alegria e animação

objetivo de promover o trabalho voluntário em prol de causas sociais.

Em outubro de 2015 os funcionários da instituição foram ao Hemocentro para se cadastrarem no Registro Brasileiro de Doadores, do Ministério da Saúde, em adesão à Campanha de Doação de Medula Óssea.

A AMM também recebeu, em outubro de 2015, o “Brechó da Santa”, coordenado pela Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá. A ação é promovida pela coordenação de doações e voluntariado da instituição filantrópica desde

novembro de 2014. Todos os recursos arrecadados com a iniciativa são destinados para ajudar no custeio de suprimentos utilizados no dia a dia do hospital.

Os colaboradores participaram, ainda, de campanhas de conscientização, como o Outubro Rosa. Durante o mês a fachada da AMM foi iluminada em apoio à campanha e para chamar a atenção da sociedade quanto aos riscos do câncer de mama. A Associação entregou lenços cor-de-rosa para as colaboradoras e bôtons para os funcionários, além de apoiar as ações acompanhadas pela Associação das Primeiras-Damas dos Municípios de Mato Grosso.

Em junho de 2016 a AMM entregou mais de 100 pacotes de fraldas geriátricas à escola Raio de Sol, que atende crianças com necessidades especiais no bairro Grande Terceiro, em Cuiabá. As doações foram arrecadadas entre os funcionários e prestadores de serviço da instituição.

viço da instituição.

### Mês das crianças

Em outubro de 2016 a Associação organizou três ações integradas, visando comemorar o Dia das Crianças e apoiar a casa de acolhimento Madre Teresa de Calcutá. A primeira realização foi um café da manhã, recreação e almoço com as crianças da Casa.

Durante o mês os colaboradores também começaram a vender rifas para o sorteio de um notebook visando ajudar a





**A reforma de parque infantil em creche filantrópica foi uma das ações no mês das crianças**

casa, que sobrevive de doações. Além de arrecadar recursos, a ação promoveu a divulgação do local para ampliar a rede de apoio à entidade filantrópica.

A restauração de um parque infantil na creche filantrópica Tia Antonina, localizada no CPA, em Cuiabá, também integrou a programação do mês das crianças. O local atende 105 crianças e foi recuperado pelos próprios funcionários da AMM em um grande mutirão. A reforma da creche incluiu a construção de campo de futebol, pintura e restauração de brinquedos que estavam danificados. A ação também contou com a participação de empresas parceiras que contribuíram para o sucesso da iniciativa.



**A saúde dos colaboradores também foi priorizada, com a oferta de aulas de pilates e ginástica laboral**

A equipe participou, ainda, da campanha do agasalho em parceria com Associação de Primeiras Damas e Conselho Regional de Contabilidade, entre outras entidades, além da campanha do Bazar Solidário da Casa de Acolhida e Obras Sociais Madre Tereza de Calcutá.

A saúde dos colaboradores também foi priorizada, com a oferta de aulas de pilates e ginástica laboral, ministradas por fisioterapeuta e disponibilizadas a todos os funcionários.



**Festa junina também foi muito festejada pelos colaboradores**



**Funcionários da AMM participaram da Campanha de Doação de Medula Óssea**



# Datas comemorativas



**AMM realizou confraternizações em datas especiais, como o Dia das Mães e Dia da Mulher**

As datas comemorativas também tiveram destaque, como o Dia das Mães, festejado de forma muito especial nos últimos dois anos. Além de um dia de beleza, com serviços de cabelereira, manicure e maquiadora, em maio de 2016 elas foram presenteadas em uma solenidade, que contou com a participação da primeira-dama de Nortelândia, Inezita Ormond. A organização do evento surpreendeu as funcionárias com a exibição de um vídeo de felicitação, com a participação dos seus filhos, companheiros e familiares. As participantes também receberam brindes das empresas parceiras da instituição.

O Dia Internacional da Mulher também recebeu uma atenção especial em 2015 e 2016. Em março de 2016 as colaboradoras participaram de uma palestra sobre etiqueta e maquiagem corporativa. A programação encerrou com sorteio de prêmios, fornecidos pelos patrocinadores e parceiros da realização. A maquiadora Núbia Muzzi ministrou um curso de automaquiagem para as funcionárias. O calendário de eventos de integração também incluiu festa junina, homenagem aos aniversariantes e confraternização de final de ano.





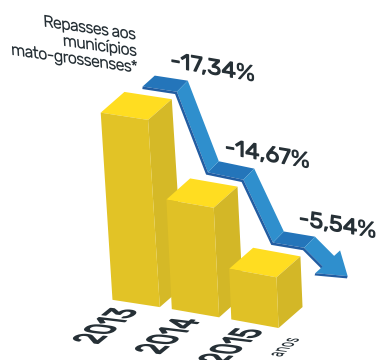
# COM A REDUÇÃO DOS REPASSES, FICA DIFÍCIL CUIDAR DA SUA CIDADE.



Nos últimos anos, os repasses de recursos estaduais e federais aos municípios mato-grossenses vêm sofrendo sucessivas quedas. E, com a atual crise econômica, ficou ainda mais difícil concluir obras, fazer investimentos e honrar compromissos.

## **Valorize o trabalho da sua prefeitura.**

Com o seu apoio, é possível reverter essa situação.



Uma campanha:



\*Variações em termos reais, já descontada a inflação em relação ao ano interior.



# VOCÊ SABIA?

QUE, PARA CUIDAR DO TRANSPORTE ESCOLAR, O SEU MUNICÍPIO RECEBE DO GOVERNO MENOS DO QUE PRECISA?

Atualmente, o governo repassa apenas R\$ 2,05 por quilômetro rodado para os municípios mato-grossenses, enquanto que o custo é em média R\$ 3,50 por km rodado. O restante quem banca é a prefeitura, que é obrigada a gastar mais do que recebe.

É DA CONTA DA SUA CIDADE.  
É DA SUA CONTA.

Acesse  
<http://amm-vocesabia.com.br/>  
e saiba mais



/AMM.MATOGROSSO



@AMM.MT



@AMM\_MT







**AMM**

**Associação Mato-grossense dos Municípios**